

**MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE 20170001/CEL 04/SDE**

PROPOSTA DE ASSESSORIA AO GOVERNO ESTADUAL PARA A ELABORAÇÃO DE PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO CEARÁ ENCAMINHADA POR LATUS CONSULTORIA

**MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE 20170001/CEL 04/SDE**

PROPOSTA DE ASSESSORIA AO GOVERNO ESTADUAL PARA A ELABORAÇÃO DE PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO CEARÁ ENCAMINHADA POR LATUS CONSULTORIA

(PROPOSTA LATUS)

EQUIPE TÉCNICA

CARLOS ÁGUEDO PAIVA (Coordenador)

JOSÉ OTAMAR DE CARVALHO (Coordenador Adjunto)

CECÍLIA RUTKOSKI HOFF (Análise de Cenários)

BRUNO BREYER CALDAS (Análise Financeira e Contábil)

CLAUDIONIR BORGES DA SILVA (Análise Territorial)

TIAGO DA SILVA SILVEIRA (Planejamento Urbano)

ALLAN LEMOS ROCHA (Análise Estatística e Indicadores)

**LATUS CONSULTORIA**

PORTO ALEGRE / BRASÍLIA / FORTALEZA

JULHO DE 2017

Sumário

[INTRODUÇÃO 3](#_Toc487718198)

[1. DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DA FORMAÇÃO E DA ESTRUTURA CONTEMPORÂNEA DA ECONOMIA CEARENSE 6](#_Toc487718199)

[1.1. Formação Econômica Cearense 6](#_Toc487718200)

[1.2. O Planejamento Econômico Cearense: do I PLAMEG à Atualidade 12](#_Toc487718201)

[1.3. Os Desafios do Planejamento de Longo Prazo: Políticas de Estado x Políticas de Governos 15](#_Toc487718202)

[1.3.1. De Myrdal a Perroux: os equívocos do Planejamento Exogeneista 17](#_Toc487718203)

[1.3.2. Fundamentos do Planejamento Endogeneista 19](#_Toc487718204)

[1.4. Do Paradoxo Regional Norte-Americano aos Princípios de Hierarquização de Cadeias e Setores Produtivos para Fins de Planejamento 20](#_Toc487718205)

[1.5. Diagnóstico Preliminar da Economia Cearense Contemporânea: Exercício de Identificação das Principais Cadeias Propulsivas do Estado 25](#_Toc487718206)

[2. DETALHAMENTO DO PROJETO DE TRABALHO E ORÇAMENTO 34](#_Toc487718207)

[2.1. Estrutura e Planejamento da Pesquisa 34](#_Toc487718208)

[2.2. A Construção de Cenários e o Planejamento do Desenvolvimento do Ceará 37](#_Toc487718209)

[2.3. A Construção de Indicadores e Instrumentos de Planejamento 41](#_Toc487718210)

[2.4. Resultados Esperados 45](#_Toc487718211)

[2.5. Orçamento 46](#_Toc487718212)

[3. PROPOSTA DE PREÇO 47](#_Toc487718213)

[4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 48](#_Toc487718214)

INTRODUÇÃO

**Síntese e Estrutura da Proposta-Latus**

Este trabalho encontra-se dividido em três partes – Introdução, Diagnóstico Preliminar da Economia Cearense, e Detalhamento do Projeto de Trabalho. Esta Introdução cumpre a função de um Sumário Executivo, ao mesmo tempo em que visa orientar o leitor do texto integral sobre a distribuição dos tópicos em seu interior.

Desde logo é fundamental esclarecer que os cinco subcapítulos que compõe a Primeira Parte do trabalho resultaram do próprio trabalho de pesquisa sobre a Economia Cearense. Assim é que subcapítulo segundo, de cunho essencialmente histórico, foi construído com vistas a responder uma questão que emergiu com a sistematização da estrutura produtiva estadual contemporânea, apresentada no subcapítulo quinto. O mapeamento da estrutura produtiva cearense revelou um grau de diversificação industrial superior ao que esperávamos encontrar com base nos diagnósticos correntes, que virtualmente reduzem a indústria estadual a atividades e setores tradicionais, de base agroindustrial (alimentos, têxtil-vestuário, calçados, mobiliário, etc.). A pesquisa histórica revelou a emergência precoce de um segmento metal-mecânico associado à indústria têxtil que se beneficiava do relativo isolamento e baixa exposição competitiva da economia Cearense até a segunda metade do século XX.

Esta pesquisa também serviu para esclarecer as bases materiais da crescente expressão política e social dos empresários organizados em torno do Centro Industrial do Ceará (CIC) nas últimas décadas do século passado. Estes empresários vão impor uma verdadeira revolução no padrão regional de Planejamento, e, por extensão de integração e solidariedade entre investimentos públicos e privados. A despeito dos desdobramentos positivos para a dinamização da Economia, os limites políticos e sociais do padrão de Planejamento inaugurado nos Governos de Tasso Jereissati vão se evidenciar ao longo do tempo. Tal como procuramos argumentar, nos Governos Cid Gomes estes limites foram driblados a partir da crescente integração das políticas regionais com as políticas sociais e infraestruturais do Governo Federal. Mas esta estratégia de mediação e composição irá se esgotar com a crise da Economia Brasileira iniciada em 2014. Quer nos parecer que o Governo Camilo Santana busca qualificar o Sistema Estadual de Planejamento, através, de um lado, da ampliação da base social de interlocução, e, de outro, pelo aprofundamento e qualificação técnica da produção das peças orçamentárias e planos estratégicos.

No subcapítulo terceiro analisamos o obstáculos estruturais à consolidação do Planejamento Estratégico de Longo Prazo enquanto Política de Estado (por oposição as Políticas de Governos, descontinuadas a cada troca de gestor) no Brasil. Do nosso ponto de vista, o principal gargalo do Planejamento encontra-se no baixo enraizamento social dos Planos e Programas gestados nos gabinetes governamentais. Um baixo enraizamento que redunda da **secundarização** dos interesses **estratégicos** dos agentes econômicos **regionais** na construção das políticas de desenvolvimento de referencial exogeneista. **A tradição exogeneista – ainda francamente hegemônica no Brasil – defende a tese de que as regiões subdesenvolvidas só alcançam superar seu atraso relativo (em termos de renda per capita, produtividade, educação, longevidade, etc) através da atração de recursos financeiros, tecnológicos, humanos e físicos do exterior.** Na segunda seção do subcapítulo terceiro, buscamos demonstrar o equívoco teórico subjacente ao exogeneismo e introduzimos uma leitura alternativa, que orienta os signatários desta proposta.

O quarto subcapítulo resgata a crítica norte-americana às teses exogeneistas. Esta crítica partiu de uma base empírica – a inversão das funções de polo e periferia entre as costas Leste e Oeste dos EUA e do Canadá – mas evoluiu para um sistema teórico sofisticado cuja principais referências são Douglass North e Paul Krugman.

No quinto subcapítulo apresentamos um diagnóstico preliminar da estrutura da Economia Cearense à luz do sistema teórico de Douglass North e do sistema analítico e classificatório desenvolvido por Paiva (2013). As bases informacionais utilizadas são o Censo Demográfico de 2010 (IBGE) e da Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS-MTE). O uso das duas fontes mostra-se impositivo tendo em vista que aproximadamente 60% dos trabalhadores cearenses não têm vínculo empregatício formal. A análise dos indicadores de especialização produtiva revela uma economia informal relativamente pujante e diversificada e um grau de dependência do setor público inferior àquele que se poderia inferir a partir das informações sobre emprego formal (RAIS). Cabe salientar, contudo, que esta ainda é uma avaliação preliminar, realizada fundamentalmente com vistas à formulação de hipóteses sobre a Economia Cearense e à apresentação do padrão e instrumental analítico que tomamos por referência.

O Segundo Capítulo do presente texto volta-se à apresentação de nossa estratégia de trabalho. O ponto de partida (sub-capítulo 2.1) é a exposição dos critérios de identificação e hierarquização de setores, cadeias e arranjos produtivos a serem priorizados em um Plano de Desenvolvimento de Longo Prazo. Tal como argumentamos nesta seção, não há como eliminar as dimensões subjetivas, utópico-ideológicas e projetivas do processo de hierarquização. O que equivale a dizer que a palavra final da hierarquização cabe à Sociedade Civil Cearense e ao Governo do Estado. Não obstante, entendemos e defendemos o ponto de vista de que, sem serem exaustivos, existem, sim, critérios técnicos de hierarquização. Sem eliminar a discricionariedade e a liberdade de opção dos agentes civis e públicos, os critérios técnicos limitam o leque de opções válidas, a partir da demonstração de que, dados os objetivos socialmente acordados, há estratégias que permitem a maximização dos benefícios por unidade de custo.

Na seção seguinte, tratamos da importante questão da incerteza com relação ao futuro e da estratégia de administração da mesma a partir da construção de cenários e avaliação sistemática dos riscos associados a cada um deles. Adiante, apresentamos nossa visão do sistema de indicadores que deve ser construído para orientar o Planejamento Estratégico e argumentamos em prol da construção de uma Matriz de Insumo Produto da Economia Cearense. A consultoria tem expertise no tema e se dispõe a apoiar a construção deste importante instrumento de planejamento econômico por parte dos corpo técnico-funcional do governo do Estado.

Por fim, sistematizamos os resultados que nos comprometemos a entregar no depósito formal dos produtos contratualmente definidos pelo Governo do Estado do Ceará findos os 150 dias de trabalho. Quer nos parecer que os resultados ali arrolados apresenta um grau de detalhamento e determinação que transcende às exigências expostas no Termo de Referência No. 20170001/CEL/SDE. Nas duas últimas seções do segundo capítulo, disponibilizamos nosso Orçamento e a Bibliografia utilizada na produção deste trabalho.

# DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DA FORMAÇÃO E DA ESTRUTURA CONTEMPORÂNEA DA ECONOMIA CEARENSE

## Formação Econômica Cearense

O processo de ocupação, colonização e desenvolvimento do amplo território brasileiro foi marcadamente desigual e diferenciado, desde o período colonial, até a atualidade. A despeito da unidade do projeto colonial português[[1]](#footnote-1) e do mesmo estruturar-se sobre um mesmo padrão de produção – escravismo, latifúndio, produção monocultora de exportação, produção de subsistência complementar – em todo o território, a realização deste projeto pressupunha uma complexa divisão regional do trabalho. Era preciso evitar o excesso de produção e a baixa de preços das mercadorias fundamentais do sistema: açúcar e escravos. Ao mesmo tempo, era preciso garantir a ocupação de terras, impedir a formação de quilombos, evitar a falta de gêneros alimentícios, e combater a evasão fiscal e o contrabando, etc. E era preciso fazer isto com parcos recursos: o pequeno reino luso, acumulara um Império Colonial muito superior às suas condições de materiais de exploração. Era preciso ocupar o máximo, com um mínimo de dispêndio, garantindo controles e evitando excesso de oferta no mercado internacional.

No interior desta política de controle e divisão do trabalho, a rentabilidade **relativa** da exploração de cada território era levada em conta com vistas a privilegiar aqueles que garantissem o máximo benefício por unidade de custo, deixando as demais funções subsidiárias. Ora, **todo um conjunto de características geofísicas e edafoclimáticas do território cearense deprimiam sua capacidade de sustentar sistemas produtivos de rentabilidade comparável ao açúcar das terras de massapé pernambucanas e das conexões do tabaco e açúcar baiano com o tráfico negreiro.** Sem portos naturais, com uma faixa litorânea estreita e de terras menos férteis que o litoral pernambucano e adjacências (onde grassam as terras de massapé), sem qualquer rio rigorosamente permanente, o Ceará talvez seja o Estado que melhor represente o semiárido brasileiro, com seu bioma característico, a Caatinga. Como se sabe, o padrão pluviométrico que caracteriza o nosso semiárido é muito peculiar: ele não é apenas sazonal, mas a discrepância da precipitação entre o período das águas e o período do estio é particularmente elevada. Além disso, a irregularidade e imprevisibilidade pluviométrica de médio e longo prazo é marcante, com a ocorrência de secas prolongadas e enchentes eventuais. Mas talvez o mais importante – pois este é um elemento **não universal** no semiárido brasileiro, sobre o qual teremos que voltar a tratar – é que o subsolo cearense é caracterizado pelo predomínio de rochas cristalinas (por oposição às sedimentares), o que circunscreve a infiltração da água das chuvas. A consequência é que, durante “as águas”, emergem enxurradas, que erodem o solo, deprimindo sua **profundidade** e **fertilidade,** promovendo o assoreamento dos rios e sua intermitência[[2]](#footnote-2).

Este quadro contribuiu desde o início para fazer do Ceará um território periférico dentro da economia colonial nordestina e, posteriormente, para torná-lo um território periférico à economia nacional brasileira. Tal como procuraremos demonstrar na sequência, **por mais contraditório que possa parecer, a elevada autonomia e protagonismo políticos do Ceará contemporâneo, que vêm impulsionando a modernização acelerada de sua economia e gestão pública, são indissociáveis de sua história.** Pedimos licença, pois, para um breve resgate histórico. A importância do mesmo logo será demonstrada.

A despeito da baixa atratividade econômica do território, sua colonização era fundamental para garantir a plena ocupação do vasto território luso na América e abrir espaço para a expansão em direção ao Oeste. Para atrair colonos, a coroa e seus representantes concediam vastas sesmarias, aprofundando o viés excludente da estrutura fundiária. Afinal, a atividade econômica inicial se restringirá à pecuária, voltada ao atendimento da demanda de alimentos da região açucareira. Associada à pecuária mercantil, irá se desenvolver uma agricultura de subsistência.

 Com a crise do açúcar e com as secas do final do século XVIII, a pecuária mercantil entra em declínio relativo, e tem início a **conexão direta com o exterior através do cultivo do algodão.** O novo ciclo, contudo, é truncado já na primeira metade do século XIX pela maior eficiência e competitividade da produção norte-americana. É só a partir da segunda metade deste mesmo século que a economia algodoeira irá se consolidar, impulsionada, de um lado, pelo mercado interno (que ingressa no longo ciclo cafeeiro) e, de outro, pelo mercado externo (cujo crescimento transborda a capacidade de produção dos EUA, especialmente durante e após a Guerra de Secessão).

A sazonalidade e a instabilidade plurianual que caracteriza o sistema de águas limitou o desenvolvimento do escravismo no Ceará. Nas longas secas, o escravo deixa de ser uma riqueza e passa a ser um fardo. E os custos associados ao controle de escravos na pecuária extensiva são demasiado elevados. A solução foi encontrada com o desenvolvimento precoce de um sistema difuso, complexo e juridicamente controverso de arrendamento e “meação” no qual o valor do produto mercantil dos agricultores e boiadeiros é dividido com o proprietário, e o produtor direto tem acesso a uma parcela de terra para lavrar e colher sua subsistência[[3]](#footnote-3).

Este sistema de produção e controle social vai atingir seu ápice na Primeira República, que também será caracterizada pela elevada autonomia política e institucional das distintas Unidades da Federação. Numa sociedade majoritariamente rural, como a cearense, os governos estaduais tornavam-se representações dos proprietários de terra, que tinham pleno controle sobre o voto de seus “parceiros e meeiros”. E utilizavam este controle na tentativa de deslocar para as emergentes burguesias urbanas todo o ônus da sustentação tributária do Estado. **Só que – e, finalmente, chegamos ao ponto que realmente nos interessa – isto não era economicamente sustentável. E gerou uma resistência secular, que está na base do movimento mudancista que emerge na segunda metade do século XX e se consolida na entrada do século XXI. Senão vejamos.**

Dada a função periférica da economia cearense na economia nacional, a capacidade de importação de insumos – seja do exterior, seja do centro do país – para o atendimento das necessidades do complexo algodoeiro era restrita. De outro lado, o padrão de divisão do trabalho da primeira metade do século XX circunscrevia o espaço para a exportação de algodão em pluma enquanto ampliava o comércio de máquinas e produtos manufaturados, deslocando o processamento têxtil para as periferias. Ora, **a tecelagem é uma indústria intensiva em maquinário, que exige reparos e peças de substituição**. Especialmente em condições de restrição às importações, impõe-se a emergência de uma indústria metal-mecânica que lhe dê suporte. Assim, de forma crescente, o desenvolvimento do negócio algodoeiro cearense como um todo vai depender **da rentabilidade** (vale dizer: das condições de acumulação e crescimento) **da indústria têxtil, bem como dos segmentos industriais que fornecem assistência e insumos básicos a esta última.**

Evidentemente, a lógica econômica não se impõe sobre a lógica política sem mediações. Mas é justamente a mobilização social mediadora que permite a conscientização do empresariado da necessidade de sua participação ativa na construção de um programa de desenvolvimento de longo prazo. No que diz respeito ao segmento industrial, esta consciência vai se aprofundar como resposta à inflexibilidade do latifúndio coronelista, da Igreja Católica e do capital mercantil tradicional em absorverem as demandas do novo empresariado. A expressão mais nítida da tomada de consciência por parte do empresariado industrial da especificidade de seus interesses frente o empresariado mercantil-comercial será a criação do Centro Industrial do Ceará (CIC), em 1919, base estruturante da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC)[[4]](#footnote-4).

Se avaliarmos a eficácia da fundação da CIC por sua capacidade de influenciar as políticas governamentais nas três décadas subsequentes (20, 30, 40), concluiremos que ela foi mínima ou mesmo nula. Mas a avaliação deve ser feita com mais cuidado. Dadas às restrições externas (cambiais), que se aprofundam após a crise de 29 e durante a II Guerra, o sistema de preços penaliza as importações e beneficia a indústria interna, independentemente da política dos governos **locais.** De uma forma muito simplificada diríamos que o que os governos retiravam com a mão dos tributos, o mercado tendia a recolocar com a mão dos preços. Assim, o verdadeiro desafio para a indústria cearense se colocará com a integração do mercado nacional, a partir da década de 50, uma vez que as estruturas fabris regionais operam com escala, tecnologia e insumos muito inferiores aos utilizados pelas firmas do centro-sul em geral e paulistas em particular.

Mas, justo neste momento de inflexão, o governo federal cumprirá um papel fundamental no apoio ao empresariado local. Nas palavras de Ferreira Lima:

“Graças à rede de organismos regionais – DNOCS, BNB, CHESF e SUDENE – criam-se as condições para o planejamento estadual. Um ‘fato portador de futuro’ é, sem dúvida, a Universidade Federal do Ceará – UFC (1955). Com base nos seus quadros, juntamente com os do BNB, elaboram-se estudos que servem de base para o I Plano de Metas Governamentais – I PLAMEG (1962-1966), peça seminal do planejamento do Ceará.[...] Dentro do Processo de ‘Substituição de Importações’, com a economia brasileira fechada por barreiras fiscais, o País constrói o seu mercado interno. **O Ceará**, contando, sobretudo, com incentivos fiscais da SUDENE e os financiamentos do BNB, **dá início à montagem de um parque industrial [moderno] com empresários majoritariamente locais**.” (Lima, 2008, pp. 83 e 84; o negrito é nosso[[5]](#footnote-5)).

Ora, não há como questionar o protagonismo do BNB e da SUDENE na modernização das economias nordestina e cearense a partir dos anos 50. Mas **tampouco podemos subestimar o (atípico) protagonismo do empresariado regional na modernização industrial cearense. Este protagonismo só foi possível porque a baixa integração da economia cearense com a economia nacional permitiu a emergência de um empresariado local operando em um conjunto relativamente amplo de segmentos industriais, ocupando elos da cadeia têxtil (e demais cadeias exportadoras cearenses) à montante da tecelagem, como fornecedores de peças e de assistência mecânica**[[6]](#footnote-6). É, acima de tudo, neste segmento social que Virgílio Távora vai encontrar apoio político e social para a implantação do I Plano de Metas Governamentais (I PLAMEG)[[7]](#footnote-7).

Em meados do primeiro governo Távora, emerge a ditadura militar, que irá circunscrever o “mudancismo” patrocinado pelo BNB-SUDENE, substituindo-o por um projeto de modernização conservadora. A dimensão conservadora do projeto expressa-se na sustentação e aprofundamento da estrutura distributiva excludente, seja no plano da renda, seja no plano dos ativos produtivos (terra e capital produtivo-financeiro). A dimensão modernizadora se expressa numa política bastante ousada de apoio à industrialização, baseada na divisão do trabalho (politicamente orquestrada) entre o grande capital nacional, capital multinacional e capital público estatal.

No interior do novo jogo, a burguesia regional cearense volta a ter papel coadjuvante. Mas ela já havia adquirido suficiente musculatura para se beneficiar das altas taxas de crescimento do país (de 1968 a 1979) e dos investimentos em infraestrutura realizados no território com apoio do Governo Federal. Além disso, se beneficiou da relativa “secundariedade” do Estado na economia (e no projeto) nacional, que limitou (sem negar!) o processo subordinação e absorção do empresariado regional por empresas mais capitalizadas e competitivas, sejam nacionais ou multinacionais. De outro lado, a recomposição política nacional dará novo alento ao velho coronelismo, cerceando a modernização, racionalização e burocratização da máquina pública. Esta será uma luta só retomada na Nova República, com apoio da CIC-FIEC.

Mas, se há ruptura, também há continuidade. Os projetos de desenvolvimento de Vargas-JK-Jango, de um lado, e dos Governos Militares, de outro, apresentam um núcleo comum e dois polos divergentes. Seu núcleo comum encontra-se na virtual identificação entre desenvolvimento e industrialização. Seus polos divergentes encontram-se no papel atribuído à inclusão social, à distribuição da renda e da propriedade (em geral e fundiária em particular). Ao vencer o projeto de modernização conservadora, as relações sociais e produtivas no campo foram mantidas intocadas. E as consequências desta opção histórica logo vieram a se manifestar.

Como nos ensinam Mazoyer e Roudart (2008), uma unidade produtiva familiar fica acima do limiar de renovação quando sua produtividade é superior ao rendimento do trabalho assalariado que lhe serve de referência ao preço de mercado. Então a unidade de produção dispõe de sobras, e de uma capacidade de investimento que permite fazer crescer sua produtividade e produção. Ora, as relações de trabalho e de propriedade no *hinterland* cearense sempre foram opressivas. Mas o principal problema encontrava-se na distribuição assimétrica dos ônus das secas, em especial das mais prolongadas. Os grandes proprietários contavam com patrimônio suficiente para garantir seu sustento ao longo de um ou mais anos, com pouco ou nenhum transtorno. Mas os produtores diretos eram obrigados a se evadir do meio rural, buscando alguma oportunidade de trabalho ou abrigo e apoio governamental nas zonas urbanas.

Na medida em que o projeto de modernização conservadora pós-64 (industrializante latifundista) se consolidava, o mercado de trabalho urbano crescia (especialmente no principal polo industrial e de serviços do Estado: a Região Metropolitana de Fortaleza, RMF), enquanto a exploração do trabalho no campo se aprofundava. Ora, a dinâmica das secas no Ceará se resolvia num processo de migração **pendular**, no qual o pequeno produtor migrava para os núcleos urbanos na seca e **retornava** para o campo com o retorno das águas. Com a ampliação das oportunidades de trabalho nas cidades associada à industrialização e modernização conservadora, este trânsito pendular é cerceado e parcela crescente dos migrantes deixa de retornar. O resultado é o crescente inchaço dos centros urbanos, mais especificamente do principal polo industrial e de serviços cearense: a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Em 1950, a RMF contava com 272 mil habitantes, correspondendo a 67% da população da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e a 41% da Região Metropolitana do Recife (RMR). Em 2010, a RMF contava com 3.408 mil habitantes, praticamente igualando-se com RMS (3.415 mil hab.) e a RMR (3.589 mil hab.). Enquanto a população de Fortaleza cresceu 1151%, a de Salvador cresceu 743% e a do Recife cresceu 440%. Neste mesmo período, a população total destes três Estados também apresentou discrepâncias, cabendo ao Ceará o melhor desempenho. Mas as diferenças são menos marcantes. A população do Ceará cresceu 824%, a da Bahia 651% e a de Pernambuco 503%.

## O Planejamento Econômico Cearense: do I PLAMEG à Atualidade

O I PLAMEG foi um ponto de virada no Planejamento Público do Ceará. Desde então, todos os governos estruturaram suas ações com base em planos que, não raro, buscaram abarcar períodos superiores a uma única gestão, na tentativa de comprometer os governos vindouros com um determinado projeto para o Estado. A grande maioria destes planos contou com o apoio técnico de quadros altamente qualificados do BNB, da SUDENE e dos órgãos de planejamento estadual que foram sendo criados, recriados e substituídos por novos a partir da década de 1960 até recentemente (BEC, Codec, Bandece, Codagro, Cedap, IPECE, etc).

Tal como vimos na seção anterior, as raízes do planejamento cearense e do I PLAMEG estão no nacional-desenvolvimentismo cepalino. Mas já este primeiro plano sofrerá inflexões impostas pelo Governo Militar. E todo o planejamento subsequente ganhará dimensões tecnocráticas e impositivas, com pouca ou nenhuma discussão com os agentes afetados pelo mesmo. A grande novidade do programa-planejamento de Tasso Jereissati quando postula pela primeira vez ao cargo de Governador em 1986 encontra-se justamente aí. A despeito de haver sido produzido no interior de um segmento social relativamente restrito – os jovens empresários cearenses organizados na CIC -, este programa destoava dos anteriores porque emergia da sociedade civil por oposição ao Estado (seja dos partidos políticos, seja dos técnicos e burocratas de carreira). Na realidade, emergia dos debates no interior de um segmento de classe para o qual a conquista do poder público e a luta política não eram fins em si, mas meros meios para o atingimento de metas econômicas bem determinadas.

 O sucesso do projeto dos jovens empresários é inquestionável se o avaliamos no plano político eleitoral (rendeu quatro gestões ininterruptas ao grupo; cinco se incluirmos a gestão de Lúcio Alcântara) e no plano dos objetivos econômicos e institucionais de curto e médio prazo (com ênfase na reforma do Estado, no apoio à industrialização e na atração de investimentos externos). Não obstante, a dificuldade em ampliar o leque de agentes sociais contemplados com as políticas públicas acabou retirando eficácia relativa daquelas políticas. Esta dificuldade parece estar baseada numa concepção algo economicista de desenvolvimento, em que se perde a unidade e a sinergia entre políticas sociais (inclusivas e distributivas) e políticas econômicas (virtualmente reduzidas a políticas de investimento e modernização das condições técnico-produtivas). Quando se manifesta o descompasso entre a acumulação de ativos produtivos e as restrições do mercado, o dinamismo econômico diminui e os rebatimentos políticos se impõem. Como, de fato, se impuseram.

Com a chegada de Cid Gomes ao governo estadual, tem início uma espécie de **composição** entre os dois padrões de programação e planejamento que, de forma crescente, passaram a galvanizar as referências políticas no Ceará e no Brasil: o padrão “técnico-modernizante”, centrado na interlocução com as entidades empresariais e com os corpos técnicos de instituições nacionais e internacionais de planejamento público (BNB, Banco Mundial, BNDES, etc.), e o padrão “popular-participativo”, mais inclusivo em termos de agentes e segmentos sociais incorporados ao debate, (e, por extensão, menos concentrador e centralizador dos investimentos, dos dispêndios e dos sistemas de controle), mas relativamente menos estruturado tecnicamente quando comparado ao padrão anterior. Este compromisso com a síntese dialética das duas vertentes vai se manifestar na preservação das conexões empresariais com o grupo da CIC e na solidarização com as políticas redistributivas do Governo Federal e na ampliação da audiência e expressão orçamentária das pequenas obras espraiadas pelo sertão.

Mas se há diferenças notáveis e uma clara evolução entre os distintos planos de governo, desde o I PLAMEG até os dias atuais, também encontramos a persistência e continuidade de **equívocos** que solicitam superação. Um dos mais importantes é **a persistência-recorrência de objetivos – como, por exemplo, o enfrentamento dos desequilíbrios regionais e da hipertrofia econômica da RMF com relação às demais regiões – que jamais são efetivamente conquistados. Pelo contrário: se aprofundam a cada governo. Como pode ser possível que todos os governos planejem enfrentar as desigualdades e encerrem seu ciclo com um resultado oposto ao planejado?** Evidentemente, a questão não é simples e não é nossa intenção enfrentá-la (e muito menos resolvê-la) aqui. Talvez – trata-se apenas de uma hipótese não descartável **a princípio** – a concentração espacial do emprego, do produto e da renda seja inexorável no Ceará. Talvez sim, talvez (quiçá e provavelmente) não.

O mais importante, contudo, é entender que um objetivo desta dimensão não pode ser reiterado e se ver frustrado sistematicamente a não ser que o próprio sistema de planejamento seja falho e admita falhas. E este parece ser o ponto crucial. Malgrado sua crescente qualificação técnica, os planos de governo ainda vem sendo construídos de forma “aditiva”. Isto significa dizer que **distintos objetivos são “listados” independentemente da in-consistência entre os mesmos**. No mesmo plano em que se projeta a ampliação do Complexo Industrial de Pecém, projeta-se a desconcentração industrial no Ceará em detrimento (relativo) da RMF. É aqui que se encontra o problema de fundo: a tolerância com dimensões e objetivos contraditórios num mesmo plano. O verdadeiro significado e função deste “equívoco” em planos de governo é um segredo de polichinelo. Mas ele é inaceitável em um PELP. Logo veremos por quê.

O governo Camilo Santana é um governo que tem claros elementos de continuidade com os governos de Cid Gomes. Mas que, desde o início, buscou avançar ainda mais no que diz respeito à inclusão de segmentos sociais, vozes e demandas na construção do seu programa de governo - Os Sete Cearás. Sua meta mais ambiciosa no que diz respeito ao Planejamento Público, no entanto, é outra: diz respeito à introdução e consolidação do **Planejamento Econômico de Longo Prazo (PELP) no Estado**. Este é um grande desafio que merece nossa reflexão atenta. Seu sucesso depende de uma compreensão acurada dos riscos associados ao mesmo e dos motivos pelos quais tão raramente PELPs – por mais consistentes que o sejam no planto técnico-teórico – alcancem consolidar-se como políticas de Estado no longo prazo.

## Os Desafios do Planejamento de Longo Prazo: Políticas de Estado x Políticas de Governos

Do nosso ponto de vista, o determinante primeiro da descontinuidade dos **PELPs** na alternância de governos, seja no Brasil como um todo, seja em suas Unidades Federadas (UFs) é que os primeiros raramente contam com apoio militante (efetivo, organizado, sólido, realmente interessado) das organizações sociais, agências de representação civil, sindicatos patronais e operários, e dos partidos e lideranças políticas **regionais**. Este é o principal gargalo a ser enfrentado, se se quer constituí-los como política de **Estado**.

Ainda que contássemos com um sistema institucional maduro e moderno, caracterizado pela plena autonomia dos poderes, com capacidade para fiscalizarem-se uns aos outros e impedirem rompimentos de contratos, retrocessos legais e mudanças constitucionais; mesmo que contássemos com uma sociedade civil amplamente organizada e sobranceira ao Estado; mesmo assim **não estaria garantida a perenidade de um PELP que projetasse uma efetiva transformação da ordem social e econômica baseada:**

**1) a universalização, qualificação e homogeneização dos serviços públicos básicos, com ênfase em saúde, educação, segurança, saneamento, habitação e transporte;**

**2) a efetiva democratização do Estado, com a superação de seus traços patrimonialistas e cartoriais;**

**3) a diversificação e efetiva modernização produtiva e competitiva da Economia e do Empresariado Regional.**

Não se trata – absolutamente – de pretender que tais objetivos sejam inalcançáveis. Acreditamos que eles sejam plenamente alcançáveis e compatíveis entre si. Não obstante, acreditamos que haja tensão entre os mesmos e que a única perspectiva teórico-metodológica capaz de enfrentar e superar esta tensão é aquela “rigorosamente endogeneista”.

Para ir ao ponto: **se queremos comprometer os agentes sociais que vivem no território e que contam com expressão econômica com uma determinada política de longo prazo é preciso que esta última atenda aos seus interesses.** Senão ao conjunto de seus interesses, pelo menos **daquela parcela que é capaz: 1) de mobilizá-los para uma ação militante; e 2) induz à subversão gradual do *status quo*. Vale dizer: é preciso mobilizar a transformação a partir do resgate dos interesses (a princípio “conservadores”) da elite econômica e política regional.**

Para que possamos entender este ponto é crucial enfrentar a “Esfinge do Planejamento” no Brasil e responder à charada que ela nos propõe: **por que tantos PELPs, a despeito de bem construídos no plano teórico, não alcançam se consolidar como Políticas de Estado**? Este é o nosso ponto de partida.

Acreditamos que o equívoco mais difundido dos PELPs tradicionais encontra-se na tentativa de conquistar **imediatamente** parte dos objetivos que são almejados para o **médio e/ou longo prazo**. Os objetivos mesmos são claros e estamos todos de acordo sobre os mesmos: operar com **tecnologias** que alavanquem a **produtividade** e libertem o homem da “laborosidade do trabalho” através acumulação de **capital** **físico** e **humano,** garantindo simultaneamente a distribuição da renda e a reprodução sustentável do ambiente natural e social.

Daí **não** se segue, contudo, que um território com limitações no plano da produtividade, escolaridade, qualificação da mão-de-obra, sistema inovativo e diversificação produtiva se encontre impossibilitado de alcançar os objetivos acima a partir da mobilização de agentes locais e de seus recursos **endógenos**.

O fundamento desta equivocada pretensão **exogeneista** encontra-se na (em sim mesma, correta) teoria marshalliana das **vantagens** **competitivas** **externas**. Esta teoria foi anunciada pelo autor em passagem do capítulo décimo – “Concentração de Indústrias Especializadas em Certas Localidades” do Livro dedicado ao tema da “Organização Industrial” em seu famoso *Princípios*:

“São tais as vantagens que as pessoas que seguem uma mesma profissão especializada obtêm de uma vizinhança próxima que, desde que uma indústria escolha uma localidade para se fixar, aí permanece por longo espaço de tempo. Os segredos da profissão deixam de ser segredos e, por assim dizer, ficam soltos no ar ... . Aprecia-se devidamente um trabalho bem feito; discutem-se imediatamente os méritos de inventos e melhorias na maquinaria, nos métodos e na organização geral da empresa. .... Acabam por surgir, nas proximidades desse local, atividades subsidiárias que fornecem à indústria principal instrumentos e matérias-primas, organizam seu comércio e, por muitos meios, lhe proporcionam economia de material.” (Marshall, 1996; p. 320).

O mais notável da construção de Marshall é sua percepção de como a especialização gera vantagens competitivas **cumulativas** para o território: quanto maior a escala, mais a divisão do trabalho, maior a possibilidade de operar com tecnologias mais intensivas em recursos abundantes e maior a produtividade. Mais importante ainda: Marshall percebia que estas vantagens cumulativas tendiam a transcender **uma dada atividade para incorporar toda uma cadeia com múltiplos elos e diversos setores envolvidos, portadora de uma tecnologia própria, com um determinado sistema de inovação e difusão de inovações e com um departamento de máquinas incluído.** Esta percepção revolucionária é absolutamente correta, e está na base das duas grandes “visões” do desenvolvimento regional, tanto a exogeneista, quanto a endogeneista. A divisão de perspectivas começa a partir daqui.

* + 1. De Myrdal a Perroux: os equívocos do Planejamento Exogeneista

Marshall parecia acreditar que cada região se especializaria numa única ou em poucas indústrias-cadeias, limitando a concentração espacial da economia. Não demorou para ficar claro o equívoco desta hipótese. Vários elos que emprestam vantagens competitivas a uma determinada cadeia produtiva - tais como logística & transporte; propaganda & marketing; consultoria jurídica e contábil-gerencial; sistemas de qualificação do trabalho – podem ser mobilizados com pequenas adaptações para a mobilização e alavancagem da competitividade de outras cadeias industriais. O resultado é a emergência de uma nova “cumulatividade” das economias de aglomeração: grandes polos urbanos são, também, grandes polos fornecedores de serviços logísticos, serviços financeiros, de marketing, de consultoria jurídica, contábil, de mão-de-obra qualificada e diversificada nas mais diversas especializações, de assistência técnica, de P&D, etc. Além de serem centros que reúnem um grande número de consumidores com elevada renda monetária. Qual o melhor lugar para instalar uma empresa de praticamente qualquer ramo? Qual o melhor lugar para procurar emprego? Especialmente para firmas e trabalhadores especializados, que teriam dificuldade em encontrar demanda para seus bens e serviços em mercados periféricos?

Estas “perguntas” dão base à teoria de Gunnar Myrdal da **causação circular cumulativa,** que ganhará notoriedade e hegemonia na segunda metade do século XX na Economia Regional. Myrdal é o autor que vai extrair de Marshall conclusões exogeneistas. Segundo ele, os polos econômicos mais desenvolvidos e diversificados atrairão paulatinamente os recursos com maior potencial produtivo da periferia, sejam eles humano-tecnológicos, sejam eles físico-monetários. Restaria à periferia apenas os recursos naturais (agrícola-minerais), numa era em que a dinâmica seria definida fundamentalmente pela tecnologia, pelo conhecimento e pelas finanças.

François Perroux[[8]](#footnote-8) fechará o circuito. Marshall apresentou a teoria. Myrdall reuniu todos os seus elementos para demonstrar que ela levava à conclusão de que o processo de “vampirização” da periferia pelos polos seria virtualmente irreversível. Perroux fecha a tríade propondo aquela que – válidos todos os argumentos anteriores – seria a única alternativa de enfrentamento do “destino perverso”: **atrair (via subsídios governamentais) empresas motrizes, líderes, operando com tecnologias sofisticadas e demandando serviços, insumos e mão-de-obra à altura.** Para Perroux, com seus recursos limitados, a periferia seria incapaz de constituir este elo central da nova cadeia. Mas, com o apoio do Estado, os agentes locais teriam todas as condições para ingressarem como elos secundários da cadeia nucleada pela(s) empresa(s) líder(es) atraída(s) desde fora para revolucionar o sistema produtivo local.

**O primeiro problema deste programa é sua insustentabilidade política no médio e longo prazo**. E isto na medida em que ele exige que o Estado realize (faça a “regência”) de uma verdadeira revolução na estrutura econômica regional – tanto nos planos produtivo, competitivo como **redistributivo** da renda excedente – em prol do capital externo e, portanto, em detrimento relativo do capital regional. Por trás da aposta (sem dúvida, ousada) existem duas pretensões que, como regra geral, mostram-se falsas. Em primeiro lugar, há uma aposta de que o empresariado local privilegiaria os ganhos monetários (presumidos!) da associação subordinada aos blocos de capital atraídos desde fora, relegando a um segundo plano as perdas associadas ao fato de se tornar **coadjuvante** na definição do jogo econômico (e político!) regional. Este é um equívoco grave. As empresas motrizes atraídas **não** são apenas estruturas com as quais a burguesia regional se associa. São estruturas dominantes, que retiram soberania, autoridade, capacidade de dar a direção, definir os rumos da região. Mas este não é o equívoco central. O mais grave é que **esta leitura superestima a capacidade de inclusão dos agentes locais no nova divisão do trabalho e do mercado. Uma vez aberta a porta para o ingresso de empresas motrizes externas, não há como garantir para os agentes regionais o papel de fornecedores. Atrás das novas “motrizes multinacionais” provavelmente virão suas fornecedoras tradicionais, paulistas, mineiras e gaúchas.** E a sobrevivência de muitas empresas regionais – repentinamente submersas num padrão competitivo radicalmente novo - será posta em xeque. Induzindo, talvez, até mesmo um novo retrocesso, em que os defensores da modernização e gestão rigorosamente burocrática do Estado passam a clamar pelo apoio do poder público para salvar empresas locais incapazes de resistir à concorrência do capital externo que fora atraído na expectativa de “trazer o bem comum”.

* + 1. Fundamentos do Planejamento Endogeneista

A construção de um Plano de Desenvolvimento de base endógena é relativamente mais complexa e exige um corpo técnico altamente qualificado para implementar e monitorar sua evolução ao longo do tempo. E isto exatamente porque o foco deixa de ser o “objetivo final” e passa a ser o “processo de avanço em direção ao objetivo”. Os exogeneistas buscam internalizar **já** o que se almeja **lá.** Para tanto, buscam atrair **firmas** **externas** que operem **já** com a tecnologia percebida como **ideal**. Por oposição, o endogeneismo recusa a armadilha da antecipação, a armadilha da pressa, da ansiedade. Seu foco encontra-se na construção endógena e soberana do que desejamos “**lá adiante**”. O foco é a soberania e a sustentabilidade, por oposição à urgência.

**Mas é preciso não confundir a recusa à precipitação com a recusa tout court de qualquer movimento de atração de capital.** A atração de empresas externas é imprescindível para o desenvolvimento de qualquer território. Mas elas devem ser atraídas principalmente a partir da **lógica do mercado**, com um mínimo subsídio e comprometimento de recursos públicos. Elas devem vir em busca de lucros e com vistas a manter ou expandir suas fatias de mercado no setor em que operam. Vale dizer: **elas devem vir para ocupar o (novo, ampliado) mercado aberto pelo crescimento e dinamismo da economia regional.** Mais exatamente, elas devem vir para completar as cadeias “motrizes regionais”, introduzindo novos elos a jusante e a montante, e alargando elos intermediários com plantas capazes de operar com escalas e tecnologias de eficiência superior.

O fundamental, contudo, é que, se as empresas externas **não** forem atraídas **precocemente**, elas virão apenas para completar aqueles elos e ocupar aqueles nichos em que a contribuição das mesmas é indispensável. Quais sejam: aqueles elos-nichos-setores que, a despeito contarem com desequilíbrio pronunciado entre demanda (elevada) e oferta (restrita), a despeito de **assegurarem taxas extraordinárias de lucro** tão logo venham a ser ocupados, não alcançam sê-lo pelas lideranças empresariais locais. Por que falta a estas algum(ns) requisito(s) fundamental(is), seja no plano da acumulação de capital financeiro, seja no plano da competência tecnológica, seja de cultura organizacional e conexões com fornecedores externos de P&D, seja de acesso a mão-de-obra adequadamente qualificada e treinada, seja em que plano for. O que importa é que, neste caso, a vinda da empresa forânea se dará: 1) primariamente em função das excelentes perspectivas de lucro e mercado (e apenas secundariamente em função de quaisquer apoios e subsídios governamentais); 2) para **alavancar** e **complementar** o desenvolvimento das cadeias e arranjos produtivos de base regional, enraizados em interesses empresariais, laborais e políticos regionais. **O programa de desenvolvimento (endogeneista) inverte o programa de Perroux (exogeneista): ao invés do empresário local operar como elo auxiliar e agente secundário das empresas motrizes externas, são as empresas externas que complementam (e, pelo menos inicialmente, se subordinam) ao sistema produtivo regional dinamizado, mas mantido sob o controle de agentes socioeconômico regionais.**

## Do Paradoxo Regional Norte-Americano aos Princípios de Hierarquização de Cadeias e Setores Produtivos para Fins de Planejamento

A forma mais simples de apresentar o programa endogeneista parece ser através do resgate de sua “descoberta”. É que este programa **não** emerge primeiramente como modelo teórico. Ele emerge inicialmente como um desafio empírico às teses exogeneistas. E o problema é: **se Myrdal e seu modelo da causação circular cumulativa estão corretos, então como foi possível que Costa Oeste da América do Norte tenha se tornado mais rica e pujante que a tradicional Costa Leste? Como a Califórnia se tornou o estado de maior renda per capita dos EUA? Como Los Angeles, São Francisco e Seattle superaram polos mais antigos, como Filadelfia, Boston e mesmo Nova York?**

Diversos pesquisadores contribuíram para esta resposta. Mas quem vai sistematizar o conjunto de “sinais” será Douglass North, na segunda metade dos anos 50[[9]](#footnote-9). Pedimos desculpas àqueles que conhecem bem o modelo de North por apresentá-lo aqui, no interior de um projeto. Mas como esta corrente da literatura é francamente minoritária na tradição regionalista brasileira e sua compreensão é essencial para nossa proposta de trabalho e a interpretação da Economia Contemporânea do Ceará, nos vemos obrigados a este breve desvio de rota.

O ponto de partida do modelo de North é a análise da relação da região com o seu exterior (seja ele a nação, seja outros países) através da análise do Quociente Locacional (QL). O QL é uma razão entre duas percentagens. Em sua versão mais comum, toma-se o emprego (ou ocupação total, inclusive auto emprego, se houver dados disponíveis) por referência e calcula-se: 1) a percentagem de empregados alocados na atividade “A” no conjunto de empregados na Região R; e 2) a percentagem de empregados na mesma atividade “A” no emprego total da Nação “N”; e dividimos uma percentagem pela outra. O resultado é o QL.

1. QLA/R = (EAR / ETR) / (EAN / ETN)

Imaginemos que a percentagem do emprego na atividade A no total do emprego da região R seja de 20% e a percentagem do emprego na mesma atividade na nação seja de 5%. Neste caso, o QL será de 4. O que significa dizer que a região R é quatro vezes mais dedicada à atividade A do que a nação. Ora, dificilmente uma região de um mesmo país adota hábitos de consumo tão díspares a ponto de ser crível que 20% da população da Região A se dedica a produzir algo exclusivamente para o mercado local. É uma hipótese bastante razoável (e há como testá-la; veremos à frente) que a produção de setores com QL elevados seja destinada primordialmente para o atendimento de demandas externas.

O que importa aqui é que, para além de um indicador de especialização, **o QL é um indicador de produção para exportação[[10]](#footnote-10)**, e, por extensão do papel assumido pelo território na divisão inter-regional e/ou internacional do trabalho. Ora, os bens (e serviços) exportados pelo território são aqueles nos quais a região apresenta vantagens competitivas. A questão que se coloca inicialmente é: quais as bases destas vantagens? Elas são estruturais e sustentáveis?

O segundo ponto a observar é que a demanda externa à região – seja ela nacional ou internacional – é, quase que por definição, mais vasta que a demanda interna. Em “economês” dizemos que a demanda externa é (quase) perfeitamente elástica, de sorte que a elevação da quantidade ofertada não resulta necessária ou imediatamente em saturação do mercado e em queda do preço de venda. Ou, tomando a questão de uma outra perspectiva: basta uma discreta queda no preço de oferta para que ampliar a participação no mercado externo. Vale dizer: a única limitação para a expansão da quantidade produzida e ofertada são os custos de produção. Uma assertiva que não é válida para a produção de bens e serviços que se voltam essencialmente ao atendimento do (por definição, menor) mercado local.

É bem verdade, que há exceções a esta regra geral. Há produtos que – a despeito da amplitude do mercado original – deixam de ser demandados, seja por mudanças nos hábitos de consumo, seja pela emergência de substitutos de menor custo e qualidade superior. Além disso, é preciso considerar a possibilidade de que as vantagens competitivas atuais não sejam sustentáveis e que emerjam novos territórios fornecedores com competitividade superior. Por fim, é preciso avaliar o potencial de “alongamento e complexificação interna” das distintas cadeias produtivas. Algumas atividades produtivas geram demandas de insumos (a montante) e de beneficiamento (a jusante) que induzem quase que naturalmente à diversificação econômica do território. Mas este **não** é um fenômeno universal. Por isto mesmo, o processo de hierarquização das atividades-cadeias produtivas regionais que devem ser objeto de privilegiamento por parte das políticas de fomento industrial envolve responder a um conjunto de questões entre as quais se encontram:

1. Quais as cadeias regionais com maior potencial de crescimento de demanda?
2. Em quais dessas a região apresenta vantagens competitivas sustentáveis em relação à novas competidoras potenciais?
3. Quais delas são mais inclusivas em termos de empregabilidade, internalização da renda, e, por extensão, em termos de multiplicação da renda?
4. Quais delas apresenta maior propensão a constituírem novos elos no próprio território e quais tendem à “incompletude crônica”?
5. Quais apresentam maior sinergia conjunta, de forma que o apoio a uma transborde para as demais (na linha de Myrdal: há elos que atendem a muitas cadeias ao mesmo tempo)?
6. Quais delas apresentam maior potencial de diversificação radical, no sentido de darem origem a novas cadeias?
7. Quais delas geram maior lucratividade imediata, demandando um mínimo de apoio governamental na sustentação de seus investimentos no médio e longo prazo? (Este ponto é central: os recursos públicos são **sempre** escassos e há infinitas demandas sobre os mesmos).

Os trabalhos de North sobre o tema **não** são exaustivos. Mas são povoados de sinalizações e intuições. Outros autores desenvolveram sua linha argumentativa com maior ou menor acurácia, consistência e/ou apego ao mestre[[11]](#footnote-11). Mas ainda há consenso sobre os mecanismos mais adequados de hierarquização. Do nosso ponto de vista, **esta hierarquização só é possível “caso a caso” e depende fortemente das prioridades definidas socialmente e da flexibilidade e inclusividade do sistema político**. Antes de passar ao próximo tema, contudo, cabe um exemplo histórico-empírico altamente estudado no Rio Grande do Sul e que nos parece explicitar de forma extraordinariamente clara e simples a força do modelo de North.

No início do século XX, os municípios gaúchos de Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul contavam com população similar (em torno de 20.000 habitantes) e área similar (em torno de 1.400 km²). Ambos estruturavam suas economias sobre a agricultura familiar; ambos eram polos regionais das duas principais etnias de imigrantes europeus que povoaram a “Metade Norte” do RS: Santa Cruz do Sul dividia com Novo Hamburgo o papel de “capital” da colônia alemã; Caxias do Sul disputava com Bento Gonçalves título similar. As diferenças visíveis apontavam todas, para vantagens econômicas de Santa Cruz sobre Caxias. Instalada em terreno plano e próximo a rios navegáveis, Santa Cruz cedo se especializou numa cultura com demanda nacional e internacional crescente e altamente rentável: o tabaco. Por oposição, Caxias (instalada muitos anos adiante) foi instalada em um terreno particularmente íngreme, onde a agricultura temporária era inviável e que era inadequado (dados os elevadíssimos índices de precipitação pluvial) para os principais cultivos permanentes dominados pelos italianos: oliveira e videira. A carência de opções impôs a opção. E os italianos “optaram” pela videira.

E aqui começa a diferença da história. Em 1900 os dois municípios contavam com 20 mil habitantes. Mas Santa Cruz tinha 18 mil no campo e 2 mil na sede urbana. Caxias tinha 10 mil no campo e 10 mil na cidade. Pois a uva não desce a serra sem ser processada. E não desce a serra sem ser embalada em barris e posta em carretas. E parte da produção do vinho (sua uniformização, construção do selo, engarrafamento, produção de barris, das carretas, distribuição, etc.) era realizada na cidade. Diferentemente, o tabaco exige pouquíssimo processamento. Mais exatamente, ele solicita não processamento. E isto na medida em que o tabaco seco e prensado ocupa muito menos espaço que o tabaco na forma de cigarro. É economicamente irracional produzir cigarro próximo ao centro produtor de tabaco, a não ser que o centro consumidor seja vizinho. Enquanto a uva exige beneficiamento, o tabaco exige o oposto.

Hoje Caxias conta com 470 mil habitantes. E no seu entorno encontra-se a aglomeração urbana mais próspera e dinâmica do Rio Grande do Sul. A produção de carroças e carretas para transporte de vinhos deu origem a empresas de carrocerias de ônibus e caminhões que operam no mundo todo. A produção de barris deu origem a empresas do ramo mobiliário que operam e exportam mundialmente. A produção de tesouras de poda deu origem a uma cutelaria de renome mundial.

Santa Cruz do Sul conta, hoje, com pouco mais de 100 mil habitantes. Nenhum dos municípios em seu entorno conta sequer com 50 mil habitantes. Nenhuma das 5 fumageiras que operam no território tem capital nacional e remetem para fora do território a maior parte do Valor Agregado no mesmo. Para além das fumageiras, conta-se nos dedos de uma única mão as empresas de base municipal com expressão econômica no conjunto do Estado.

Caxias e Santa Cruz contavam com **sistemas agroindustriais aparentemente similares**. Ambos eram democráticos, ambos se beneficiavam de distribuição equitativa da renda e da propriedade, ambos contavam com mão-de-obra qualificada, ambos contavam com elevada acumulação de capital social e comunidade cívica. Santa Cruz do Sul contava com vantagens logísticas, fertilidade do solo, rentabilidade, sistema de financiamento e apoio tecnológico. Não obstante, **foi Caxias que “deu certo”. Porque a uva “precisa” transformar-se em vinho para descer a serra**. E, para tanto, precisa de barris e carretas. A uva “precisa” transformar a economia que lhe acolhe. Enquanto o tabaco “precisa” sair da região incólume, sem qualquer beneficiamento relevante.

## Diagnóstico Preliminar da Economia Cearense Contemporânea: Exercício de Identificação das Principais Cadeias Propulsivas do Estado

Com base na metodologia de North apresentada acima, é possível diferenciar aquelas atividades produtivas voltadas ao atendimento do mercado interno e aquelas voltadas ao atendimento de um mercado maior que o interno. Estas últimas são atividades que operam em escala superior, nas quais a região apresenta vantagens absolutas (e relativas) e em torno das quais tendem a se desenvolver elos à montante e à jusante, num processo de crescente diversificação da economia.

As atividades voltadas essencialmente ao mercado interno dividem-se em dois grupos: atividades que atendem às demandas de consumo das famílias (comércio a varejo, saúde, educação, etc.) e atividades que atendem a demandas de consumo das famílias e de insumos das empresas em geral (energia elétrica, impulso telefônico, combustível, etc.). Estas atividades (e suas respectivas cadeias) são caracterizadas como **reflexas**, na medida em que elas refletem a dinâmica global da economia: maior o nível de emprego, maior o consumo das famílias.

Quadro 1 - Classificação dos Ocupados na Economia Cearense em 2010 por Atividade, Cadeia e Função Econômica [[12]](#footnote-12)



Fonte dos Dados Brutos: Microdados do Censo Demográfico de 2010-IBGE

O emprego mesmo, contudo, é determinado pelas variáveis de demanda autônoma: investimento, exportações e gastos governamentais. Ora, numa economia periférica, a maior parte dos estímulos de demanda associados ao investimento tendem a ser exportados através da aquisição de bens de capital fora da região inversora. Malgrado exceções, a contribuição produtiva regional e a apropriação de renda local associada aos investimentos restringem-se à indústria da construção civil (a qual é analisada como uma cadeia à parte, diferenciada). Dadas as circunscrições legais ao expansionismo fiscal, as exportações ocupam o lugar de variável chave no desenvolvimento regional. **Promover o desenvolvimento regional é promover o desenvolvimento daquelas atividades exportadoras com maior capacidade de gerar encadeamento à montante e à jusante, emprego, renda, inclusão social, diversificação produtiva e conquista de novos patamares de produtividade.**

O quadro acima apresenta uma primeira análise da economia cearense feita a partir desta perspectiva com dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE. Logo adiante, apresentamos os resultados com os dados da Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego para o ano de 2015. **A necessidade de recorrer, em primeira instância, ao Censo de 2010 está referida à grande informalidade da economia cearense, que não se deixa captar pelos dados da RAIS.**

O primeiro a observar é a resiliência das cadeias “tradicionais” após anos de esforço modernizador. As três principais cadeias propulsivas de exportação do Ceará (X-Prop) são a Coureiro-Calçadista, a Têxtil-Vestuário e a Agroindústria. As três juntas eram responsáveis por quase 500 mil postos de trabalho em 2010. O segundo aspecto que chama a atenção é a importância da cadeia turística, que ocupava em torno de 175 mil pessoas e apresentava o maior QL dentre todas as cadeias cearenses: 5,308. Vale notar que, sem ser “exportadora”, a cadeia turística é propulsiva na medida em que atrai gastos autônomos, renda externa, que é multiplicada regionalmente. Ao invés de exportar a mercadoria, a indústria turística “importa o consumidor externo”, a renda propulsiva ingressa no território por “transferência” (daí a sigla TrS-Prop, comum a turismo e transferência).

Também é notável a expressão das cadeias com potencial para se desenvolverem como cadeias propulsivas: Logística, Madeira-Mobiliário-Papel e aquela que chamamos de IBIAPEC[[13]](#footnote-13), onde estão reunidas as indústrias de base de espectro mais amplo. O volume de mão de obra ocupado neste segmento está longe de ser desprezível e uma análise mais acurada dos dados (envolvendo resgate dos rendimentos) provavelmente revelaria uma capacidade de consumo e multiplicação dos mesmos acima do padrão médio. Não obstante, é preciso não superestimar estes indicadores lembrando que: 1) a ocupação total nas cadeias “potencialmente propulsivas” é pouco superior à ocupação gerada apenas pelo complexo turístico; 2) os QLs de todas as cadeias e subcadeias aí incorporadas são baixos, revelando baixa especialização e escala de operação.

O quadro das cadeias Multifunções também é muito esclarecedor. Ao contrário do que boa parte da literatura apregoa, os dados do Censo Demográfico afirmam que o Ceará **não** apresenta déficit relativo em profissionais da área de ensino (QL=1,07) quando comparado ao padrão nacional. A Construção Civil também apresenta um comportamento discretamente superior à média nacional. O déficit manifesta-se nas áreas de saúde e nos serviços de organização social. A questão da saúde é uma questão de qualidade de vida e cidadania, mas também é um segmento econômico. Um território turístico com indicadores de saúde tão baixos perde atratividade. No que diz respeito às instituições e organizações sociais, o baixo QL usualmente revela um déficit de capital social e capacidade de resolução coletiva de problemas. Há que se avaliar este ponto com cuidado.

Mas o indicador realmente preocupante é o QL de 0,669 em Serviços Prestados às Empresas (SPE). Atualmente não parece viável pensar em qualquer alternativa de desenvolvimento inclusivo que secundarize o papel das Micros, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs). Não se trata apenas de criação de postos de trabalho, auto-emprego, ou formas de “compensação pela crise do fordismo”. Trata-se de um ponto muito mais relevante: sem MPMEs não há concorrência em preços; sem concorrência em preços, não há transferência de ganhos de produtividade para os consumidores; sem transferência de ganhos, o conflito distributivo tende a se resolver através de elevações nominais de salários e de espiral inflacionária. O que afasta o turista, afasta o comprador externo de couro, calçados, vestuário, frutas, ou o que seja o futuro exportador do Ceará. Um QL de aproximadamente 2/3 do padrão nacional para os serviços gerais de apoio aos empresários – consultoria contábil, gerencial, instalação e manutenção de maquinário, etc. – é muito preocupante.

A boa notícia fica por conta do emprego nas atividades reflexas. A avaliação da ocupação rural em atividades de subsistência não é (e nem pretende ser realista). Desde logo, porque a quase totalidade dos trabalhadores rurais e agricultores familiares dedicam alguma parte de seu tempo a atividades de subsistência. A função do cálculo é tão somente impedir o sobre-dimensionamento das cadeias agroindustriais atribuindo às mesmas unidades de trabalho que não são voltados à produção de bens para o mercado. Para tanto, arbitramos uma percentagem do número de ocupados em cada atividade rural que deveria ser alocado em subsistência e, por extensão, subtraído da rede mercantil em que as cadeias se inserem. Esta arbitragem foi feita em função do grau de desenvolvimento das atividades urbanas a elas vinculadas. Assim, toda a ocupação rural na fruticultura foi considerada mercantil e alocada na cadeia agroindustrial, sub-cadeia fruticultura. Diferentemente, ocupações mais vagas como “Pecuária Não Especificada” tiveram um terço do contingente de ocupados deslocados para “subsistência”.

As cadeias mercantis efetivamente reflexas são duas: o consumo das famílias e as cadeias associadas ao fornecimento de insumos para famílias e empresas (energia elétrica, impulso telefônico, etc.). Quanto mais bem distribuída é a renda e quanto mais o produto regional é apropriado por agentes domiciliados (ao invés de ser transferido para o exterior), maior é a participação do emprego reflexo no emprego total. E este é um ponto crucial: aquelas cadeias que empregam mais e cujos ativos e rendimentos são controlados por domiciliados são as cadeias que mais mobilizam o comércio a varejo e os serviços industriais de utilidade pública. Estas cadeias multiplicam mais a renda local, geram mais emprego reflexo, estimulam mais a “segunda volta” da economia, as atividades típicas das MPMEs locais e regionais.

Se tomarmos os dados do Censo de 2010 por referência, o multiplicador da economia cearense mostra-se relativamente elevado. Somadas as ocupações em Serviços Prestados às Famílias e prestados a Famílias e Empresas encontramos 1.515 mil ocupados. Nas atividades estritamente propulsivas (G-Prop, X-Prop e TrS-Prop) 820 mil ocupados. O que revela um multiplicador próximo de “dois”, acima da média nacional. Este é um indicador altamente positivo, pois ele nos indica “grosso modo” que – dada a estrutura técnico-produtiva vigente e os padrões de absorção de recursos locais e importados – a cada emprego criado no setor propulsivo geram-se dois novos empregos nas atividades reflexas. Na realidade, a relação é muito mais complexa e a multiplicação efetiva do emprego de cada cadeia propulsiva é distinta. O poder de multiplicação está relacionado a fatores tais como o número de empregos diretos e indiretos derivados da ampliação da demanda sobre a cadeia, a taxa de salário médio no interior da mesma e o destino do excedente econômico (lucro bruto) da cadeia. Quanto maior o número de empregos diretos e indiretos (vale dizer: quanto mais “tradicional”, quanto mais intensiva em mão-de-obra) e quanto mais integrada no território (vale dizer: quanto menos globalizada) mais longa é a cadeia e maior a capacidade de multiplicação de emprego.

Com vistas a avaliar a consistência dos resultados obtidos a partir do processamento dos dados do Censo Demográfico, buscamos montar um sistema similar com base nos dados da RAIS-MTE. Esta é uma fonte mais atual, mas que abrange tão somente o emprego formalizado. E o primeiro a observar é exatamente o elevadíssimo grau de informalidade da economia cearense. A despeito da diferença temporal e do desempenho positivo dos indicadores econômicos e de emprego do Ceará no período (acima da média nacional), a RAIS registra 1.542.759 vínculos empregatícios formais no Estado em 2015, menos da metade (45,89%) dos 3.361.764 ocupados em 2010 de acordo com o Censo[[14]](#footnote-14).

A diferença expressiva entre o total de ocupados (formais + informais; captados pelo Censo) e empregados formais (captados pela RAIS) não poderia deixar de impactar a estrutura e hierarquia relativa das cadeias. Tanto mais quando se considera o conjunto de transformações econômicas que o Estado viveu nos últimos anos e que não poderiam deixar de se expressar na defasagem de 5 anos entre as duas fontes de dados. E, de fato, há notáveis diferenças entre as duas tabulações, como podemos observar da comparação das mesmas acima. Contudo, o mais importante – e surpreendente – é a persistência (e não a divergência) das informações!

Quadro 2 - Classificação de Trabalhadores Formais na Economia Cearense em 2015 por Atividade, Cadeia e Função Econômica



Fonte dos Dados Brutos: Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS-MTE) de 2015.

Algumas das diferenças que emergem são formais e dizem respeito ao fato de que a RAIS toma as informações do ponto de vista do empregador e o Censo do ponto de vista do declarante. Isto fica claro quando observamos o número de trabalhadores na “Administração Pública”. Para a RAIS, a quase totalidade dos professores e profissionais da saúde com vínculos empregatícios estaduais ou municipais são “funcionários públicos”. Mas, no Censo, os declarantes se identificam como “professores, médicos ou enfermeiros”. A diferença entre os valores nas duas alíneas praticamente se anulam. Outras revelam o grau de informalidade que grassa em determinados setores. Este é o caso, por exemplo, do Turismo, cuja geração de postos de trabalho “cai” de 174 mil para 47 mil[[15]](#footnote-15).

Para além destas diferenças, contudo, a estrutura básica da economia é a mesma, em especial no que tange às cadeias propulsivas. O Governo ganha expressão como empregador, mas sem alterar o quadro geral. As principais cadeias X-propulsivas continuam sendo Couro-Calçados, Têxtil-Vestuário e Agroindústria. A queda significativa do Quociente Locacional da Agroindústria está diretamente associada à perda de registro da ocupação rural, além de expressar um grau de informalidade algo preocupante nos elos urbanos desta cadeia. As cadeias com potencial para virem a assumir funções propulsivas preservam o mesmo padrão hierárquico identificado na análise com base no Censo.

 Algumas diferenças emergem quando analisamos as cadeias Multifunção. A Construção Civil perde empregados, mas ganha expressão relativa, com um QL de 1,13. Este QL expressa a importância dos investimentos recentes na dinâmica econômica do Ceará. A Educação mantém um patamar positivo (QL 1,037) e a Saúde preserva um perfil preocupante (QL 0,699). A principal mudança se dá na posição dos Serviços Prestados às Empresas. Havíamos justamente apontado para a fragilidade do segmento quando visto a partir dos dados do Censo, mas o mesmo não se manifesta com base na RAIS. Como interpretar este fato? Sem dúvida é instigante e merece atenção posterior. Não há como resolver a questão com dados secundários. Mas a hipótese natural é que o sistema de atendimento às empresas esteja adequado às necessidades do sistema formal, mas se mostre insuficiente quando se toma em consideração a economia como um todo, em especial, a economia informal. Em suma: intuímos a presença de um sistema de atendimento às Pequenas e Médias Empresas formais, mas parece haver carência de apoio às microempresas e empreendedores individuais.

A relevância deste ponto encontra-se justamente na preocupante hipertrofia da economia informal cearense. Não há como pretender incorporar os agentes que hoje operam na informalidade a partir de um programa de industrialização. A classe (mais até do que cadeia) “IBIAPEC” reúne quase a totalidade das empresas da indústria não-tradicional do Ceará. Mesmo se somarmos a esta classe-cadeia todas as atividades industriais que atendem múltiplos clientes (fabricação de embalagens, por exemplo) e que são classificadas como “Multicadeia”, não chegamos a 40 mil postos de trabalho. Só o Turismo formal empregava 47 mil pessoas no ano de 2015, de acordo com a RAIS. E, tomando as ocupações formais e informais em conjunto, o turismo em 2010 gerava postos de trabalho e renda para 174 mil pessoas. Não parece possível enfrentar a questão do emprego apenas com a industrialização. Tampouco parece razoável apostar todas as fichas nos serviços urbanos e no turismo. Não resta dúvida de que os serviços em geral e o turismo em particular (por ser uma cadeia propulsiva) apresentam enorme potencial de emprego e de promoção do desenvolvimento. Mas a capacidade de absorção de mão de obra do turismo não é infinita. Até mesmo para preservar o turismo enquanto cadeia é preciso controlar o seu inchaço. Ou, antes, é preciso controlar o inchaço da RMF e da orla turística cearense. Acima de tudo, é preciso impedir que a disseminação de uma expectativa (necessariamente falsa) de que haveria espaço para absorver no Turismo e serviços afins toda a população em busca de melhores condições de vida que hoje (ainda) se encontra no *hinterland* cearense.

# DETALHAMENTO DO PROJETO DE TRABALHO E ORÇAMENTO

## Estrutura e Planejamento da Pesquisa

 Na Primeira Parte deste Projeto procuramos apresentar o referencial teórico e metodológico que adotamos e que orienta nossos trabalhos de consultoria e planejamento. Com vistas a facilitar a avaliação de nossa proposta, tomamos a Economia Cearense como referência analítica. Não obstante, é preciso deixar claro que a análise apresentada nos capítulos anteriores é meramente preliminar e ilustrativa. O trabalho de levantamento de dados secundários, sistematização de informações e construção de indicadores mal iniciou. A adequada caracterização da Economia Cearense envolve a construção de indicadores sobre a produção agropecuária; sobre a infraestrutura em geral (logística, energética, sanitária, irrigação, etc.); sobre o sistema regional de inovação, pesquisa e desenvolvimento; sobre os serviços públicos básicos (educação, saúde, segurança pública, etc.) e sobre o sistema de crédito e financiamento. Muito provavelmente, o resgate e sistematização destas informações imporá uma reinterpretação da análise preliminar apresentada na primeira parte deste trabalho com vistas a ilustrar nossa metodologia. O que importa entender, agora, são os princípios que tomamos por referência na hierarquização das cadeias produtivas e de políticas públicas de fomento.

 A despeito de elementar, cabe explicitar que os critérios de hierarquização de setores e cadeias produtivas para fins de políticas públicas não são únicos, nem inquestionáveis. Eles comportam elementos de subjetividade que estão baseadas, seja em distintos prognósticos e projeções sobre o futuro (necessariamente submetidas à incerteza, quanto a avaliações de ordem política). Os responsáveis em última instância pela hierarquização de setores e cadeias beneficiárias de apoio e fomento e pela definição do volume de recursos que deve ser alocado em cada uma delas são os gestores públicos eleitos pelo povo. Não obstante, entendemos que existem alguns critérios que sempre devem ser levados em consideração, mesmo que o peso dado a cada um deles seja distinto.

 Em primeiro lugar, é preciso entender que o sistema de produção mercantil está estruturado sobre relações de cliente-fornecedor que conformam elos encadeados e reciprocamente dependentes. A importância de entender este ponto encontra-se no fato de que ele nos oferece um critério elementar de priorização de investimentos e dispêndios. Quando tomamos as cadeias – por oposição aos setores – como referência analítica torna-se evidente que há elos mais fracos e elos mais fortes. Qualquer investimento realizado nos elos fortes de uma cadeia produtiva – vale dizer: nos elos que operam com capacidade ociosa! – é desperdício. A única forma de ampliar o fluxo de renda no interior de uma cadeia é pelo fortalecimento de seus elos mais fracos. Ou, tomando outra analogia igualmente valiosa: a produção é um fluxo que – como um rio – atravessa vales largos e estreitamentos. Ampliar as áreas mais largas sem ampliar os “gargalos” é inconsequente sobre o fluxo de produção e renda. O único investimento capaz de ampliar os fluxos de renda é aquele que alarga o gargalo e fortalece o elo fraco. Este é o primeiro critério de hierarquização de dispêndios, inversões e políticas públicas: focar no gargalo!

 Ora, o sistema de produção mercantil se caracteriza pelo fato das firmas e proprietários dos fatores de produção definirem seus investimentos de forma autônoma e não planejada. E a consequência inevitável desta autonomia é a desigualdade crônica da capacidade produtiva dos distintos elos produtivos. Cabe ao setor público – com apoio e solidariedade do setor privado – identificar os principais gargalos e contribuir para sua expansão.

 Evidentemente, uma economia diversificada e complexa conta com diversas cadeias produtivas propulsivas (voltadas ao atendimento do mercado externo ao território), como hierarquizar as inversões e o apoio público? Mais uma vez, nos deparamos com uma questão política, com dimensões subjetivas. Não existe um único critério de privilegiamento. Mas existem critérios racionais. Senão vejamos.

 Em primeiro lugar, é preciso avaliar a relação custo/benefício do investimento em cada “elo fraco”. E o benefício deve ser avaliado a partir de duas referências fundamentais: a ampliação esperada da renda e do emprego com o alargamento do gargalo. Vale observar que estes dois critérios apresentam relação, mas ela não é simples. Por vezes, o apoio a um determinado setor produtivo pode levar a um ganho expressivo de renda por parte de seus controladores, mas com baixo impacto no emprego. De outro lado, há políticas que promovem empregos em setores onde a remuneração do trabalho é baixa. Qualquer decisão de privilegiamento, neste caso, comporta uma dimensão de subjetividade e/ou de viés ideológico. Não obstante é preciso ter claro um ponto: uma pequena elevação na renda de muitos, tende a se converter na ampliação da demanda sobre o mercado local, seu poder multiplicador tende a ser elevado. Diferentemente, uma grande elevação na renda de uma pequena minoria, como regra geral, tem pouquíssimo impacto sobre o mercado interno. Como se sabe, os receptores de altas rendas apresentam propensão a poupar e a importar maior do que a propensão dos receptores de baixa renda.

 Além disso, é preciso levar em consideração a competitividade de longo prazo das distintas cadeias. Cadeias que apresentam demanda estagnada ou decadente e/ou cadeias que estão sendo invadidas por concorrentes que apresentam vantagens competitivas estruturais não são sustentáveis. Mesmo que não se possa “desembarcar” do segmento rapidamente, é bom alvitre preparar o desembarque, limitando os investimentos e a expansão da capacidade produtiva da cadeia regional.

 Igualmente bem, é preciso levar em consideração o potencial de alongamento no território e de diversificação de produção de cada uma das cadeias sob análise. Por fim, é preciso avaliar a capacidade do território de construir um sistema inovativo local e/ou regional que garanta autonomia tecnológica e potencial de depressão de custos no médio e longo prazo. Em economias globalizadas, a única garantia de sustentabilidade competitiva é capacidade de gerar inovações endogenamente e deprimir os custos de oferta de forma sistemática.

Ora, quer nos parecer que a mera listagem dos critérios centrais de hierarquização de cadeias e setores produtivos torne evidente que ainda há muita caminhada pela frente. A começar pela sistematização da produção agropecuária e avaliação de sua integração com a produção urbana. Sem isto, não há como avaliar os impactos globais sobre emprego e renda do fomento a qualquer cadeia produtiva cearense.

Além disso, os dados secundários podem até fornecer indícios de gargalos (elos fracos), mas não nos dizem nada sobre a possibilidade objetiva de superação dos mesmos, seja pela mobilização de recursos endógenos, seja pela atração de empresas forâneas com condições financeiras e tecnológicas de completarem a cadeia produtiva na região. Estas são questões que demandam outras pesquisas, envolvendo o levantamento de outros dados e informações, tanto a partir de bases secundárias, quanto a partir de entrevistas e levantamentos primários. A dimensão exata deste esforço de pesquisa ainda não pode ser rigorosamente definida. Dependerá, em grande parte, da qualidade e consistência do sistema regional de dados e informações estatísticas.

## A Construção de Cenários e o Planejamento do Desenvolvimento do Ceará

Tal como vimos acima, o processo de hierarquização de cadeias e setores produtivos para fins de políticas públicas de fomento e desenvolvimento é função de um número não desprezível de variáveis. Mas, dentre estas, uma em particular é de estimação particularmente complexa: a evolução da demanda futura sobre a produção regional. Desde logo, esta estimativa depende de dois fatores: 1) a flutuação da demanda global (que, no caso das atividades e cadeias propulsivas é, por definição, demanda externa ao território); e 2) o ingresso e/ou os ganhos de competitividade de concorrentes atuais e potenciais.

Tal como foi sinalizado no subcapítulo anterior, não há como determinar com rigor o “risco” dos dois eventos supracitados (queda da demanda global e ingresso de novos concorrentes). O plano do futuro – aquilo que virá (ou não) a ocorrer! – não é da ordem do risco probabilístico (por definição, calculável), mas da ordem da incerteza. S única defesa relativamente eficaz contra a incerteza é inovação continuada. O que pressupõe a capacidade de constituir um Sistema Inovativo Local efetivo e produtivo (o que está longe de ser trivial). Este problema é tão mais grave quanto maior o número de variáveis que influenciam a capacidade competitiva regional. Assim é que toda a produção *tradable* (transportável, passível de importação e exportação) tem sua rentabilidade afetada pela flutuação da taxa de câmbio. E a taxa de câmbio é influenciada por um sem número de variáveis, a começar pela relação entre a taxa de juros nacional e a taxa de juros de cada um dos demais países com os quais o Brasil mantém relações comerciais.

De outro lado, a tomada de decisões sobre investimento neste ou naquele setor pressupõe algum prognóstico sobre o futuro. O ponto de partida da construção de prognósticos é a construção de cenários. Seu ponto de partida é a identificação e sistematização das principais tendências e processos que, presentes atualmente no mundo e no país, têm potencial para determinar trajetórias futuras e influenciar a dinâmica econômica, social e territorial do Ceará. Parte-se da noção de que construção de cenários, mais do que um exercício de previsão, constitui-se em uma atividade de reflexão sobre as forças que atuam sobre o presente e as suas possíveis implicações futuras. Trata-se, assim, de um trabalho contínuo visando o ganho de flexibilidade e o planejamento frente às diferentes possibilidades que o futuro pode apresentar.

Sabendo-se que o futuro é indeterminado e aberto a diferentes trajetórias, o desafio de planejar o longo prazo requer mais do que a extrapolação das tendências atuais. Há que se identificar possibilidades de futuro alternativas à reprodução mecânica do passado, os chamados “cenários exploratórios”. Por essa razão, quando se trata de estudos prospectivos, a técnica de cenários mostra-se mais adequada do que a utilização de projeções obtidas através de modelos de previsão de séries temporais. Paradoxalmente, os cenários vêm ganhando importância para o planejamento de longo prazo com a aceleração das transformações econômicas, sociais e, sobretudo, tecnológicas, que se intensificaram desde o final do século passado. Longe de negar a existência de incerteza, a elaboração de cenários a assume como inevitável numa sociedade em transformação e busca, com componentes de racionalidade e técnica, limitar os espaços futuros de possibilidades.

Ainda que existam diferentes técnicas de cenarização, a “arte” da construção de cenários consiste em identificar os elementos do presente que representam “pontos de bifurcação”, ou seja, os fenômenos que, por sua relevância e impacto, têm potencial para influenciar trajetórias futuras. Destacam-se três etapas fundamentais na elaboração de cenários: 1) o entendimento profundo da realidade da estrutura analisada; 2) a utilização de um referencial teórico que permita interpretar as variáveis centrais e as suas relações de causa e efeito, associado a um instrumental técnico para organizar e tratar a multiplicidade de informações; 3) a identificação dos “pontos de bifurcação” e a construção de trajetórias alternativas lógicas, plausíveis e consistentes a partir deles. Trata-se, portanto, de identificar os padrões de mudança e a sua direção, sem, contudo, deixar de combiná-los com os componentes de continuidade e os inerciais, característicos da estrutura analisada.

“Torna-se, portanto, necessário compreender tal estabilidade na mudança e as inércias estruturais dos sistemas para evitar duas armadilhas da antecipação de futuros: a projeção de tendências do passado, como se a estabilidade fosse permanente; a reprodução das instabilidades conjunturais como tendência de longo prazo, reduzindo a importância da estrutura e dos fatores de continuidade” (Buarque, 2003, p. 19)[[16]](#footnote-16).

“A técnica de cenarização aqui proposta começa pela identificação, de acordo com o recorte espacial em questão (mundo, Brasil ou Ceará), das **tendências pesadas** (também conhecidas como “invariantes”), cujos desdobramentos, de caráter estrutural, estão em curso e devem estar presentes em todos os cenários; e das **incertezas críticas**, elementos presentes na conjuntura que possuem diferentes soluções possíveis, com implicações diversas para a realidade futura e, portanto, cruciais para o desenho de cenários alternativos exploratórios. Os desdobramentos das incertezas críticas podem, portanto, conduzir a diferentes trajetórias nos campos econômicos, político ou social. Após elencadas as principais tendências pesadas e incertezas críticas, o trabalho prossegue na definição hierárquica daquelas mais relevantes, segundo os critérios de importância para a determinação do cenário futuro e independência com relação às demais incertezas”. (CASTRO; SOUZA, 2015)[[17]](#footnote-17).

 As diferentes combinações de incertezas, cruzadas em diferentes recortes espaciais, podem resultar em uma quantidade excessiva de cenários (por exemplo, da combinação de duas incertezas com três recortes espaciais resultariam oito possíveis cenários). Visando uma maior simplicidade, propõe-se, neste trabalho, a construção de um cenário de referência para o mundo, a partir do qual resultariam duas trajetórias possíveis para o Brasil[[18]](#footnote-18). Ainda que as incertezas que pairam atualmente sobre a economia e a sociedade mundiais não sejam desprezíveis, entende-se que os possíveis desdobramentos dos eventos presentes hoje no país têm maior potencial para influenciar a realidade social e econômica cearense no horizonte de 2040. Finalmente, os cenários para o Ceará são definidos a partir das trajetórias macroeconômicas e setoriais desenhadas para o país. Ressalte-se que os cenários construídos para o Ceará e sub-regiões, mesmo que elaborados de forma consistente e dependente dos cenários nacionais, têm os resultados mediados pelas diferentes especializações produtivas regionais e, eventualmente, também pelos impactos da adoção de políticas locais de desenvolvimento – podendo, assim, adquirir um formato normativo. Evidencia-se, nesta etapa, a necessidade de articulação, na forma de oficinas de trabalho, dos diversos atores sociais na construção de um referencial coletivo de desenvolvimento, que só será exitoso se devidamente absorvido pelas diversas partes envolvidas.

 Os contextos mundial e nacional tem-se revelado repletos de incertezas e “pontos de bifurcação”. No mundo desenvolvido, os instrumentos convencionais de política econômica encontram-se em xeque desde a crise de 2007-08 e se aventa a possibilidade de “estagnação secular”, ou seja, um longo período de baixo crescimento resultante da insuficiência de oportunidades de investimento em relação ao nível de poupança global. Observa-se, também, a agudização dos conflitos sociais, da crise migratória e a crescente desigualdade de renda, que juntos apontam para um risco crescente de “desglobalização” e de redução potencial de crescimento dos países em desenvolvimento. Tais elementos somam-se aos processos de rebalanceamento do poder geopolítico, de mudanças climáticas e de transformações tecnológicas, em curso desde antes da crise. Na economia brasileira, vivenciamos uma transição dolorosa entre o esgotamento dos fatores de dinamismo que induziram o ciclo de crescimento com inclusão social alcançado entre 2004-14 e o ingresso em um novo ciclo de desenvolvimento, que ainda não está claro, mas que não poderá deixar de estar articulado com as mudanças recentes no cenário econômico mundial, com os novos paradigmas tecnológicos e com o atendimento das diferentes e crescentes demandas sociais e ambientais.

Possivelmente atravessamos, hoje, a maior crise da economia brasileira. Os impasses atuais são muitos – a desorganização nos fundamentos macro, a crise institucional, a falta de coesão social, a baixa capacidade de investimento do Estado e das empresas – e dificultam a retomada do crescimento. “O mais forte sinal do presente no Brasil se dá no campo político (...) tais conflitos e questões se refletem em grandes dificuldades de formação de consensos em torno a projetos e propostas para enfrentar graves problemas econômicos nacionais” (CASTRO; SOUZA, 2015, p. 414). Há a possibilidade, não desprezível, de que o prolongamento da crise atual surjam sequelas duradouras sobre o tecido social e econômico nacional. Por outro lado, a superação desses impasses permitiria resgatar um potencial de crescimento já revelado no dinamismo do agronegócio, das indústrias extrativa e de energia e nas possibilidades de desenvolvimento industrial e tecnológico daí ensejadas; nas oportunidades de investimento em infraestrutura econômica e social; no grande mercado interno, pujante desde que fortalecido. Quais são os condicionantes de uma transição exitosa da crise atual para um novo ciclo de crescimento e desenvolvimento no país? Quais seriam as potencialidades a serem exploradas?

 O modelo de crescimento que vigorou na economia brasileira entre 2004-10, ao privilegiar o aumento da renda e do poder de compra das populações mais carentes do país, favoreceu o desenvolvimento da região Nordeste, em geral, e contribuiu para o ganho de participação da economia do Ceará na economia nacional, com reflexos também na melhora de uma série de indicadores econômicos e sociais do Estado. No âmbito produtivo, além da dinâmica atividade de turismo, a agricultura irrigada e a indústria de transformação tradicional (calçados, têxteis e processamento de alimentos) vêm se expandindo com relativo sucesso. A expansão industrial, no entanto, parece ancorar-se num modelo de competição por custos, exitoso até o presente, mas que tende a perder força ao longo do tempo, à medida que o nível de renda da região aumenta. Persistem, também, os desafios já históricos do semiárido e suas implicações sociais e econômicas de amplo espectro, entre as quais a concentração desordenada da população e da renda na região metropolitana de Fortaleza. O desafio para a economia cearense é articular-se de forma dinâmica e competitiva no contexto nacional, valendo-se das suas especializações produtivas e extraindo delas o potencial para a solução dos problemas não só econômicos, mas também territoriais e sociais.

## A Construção de Indicadores e Instrumentos de Planejamento

As Economias Regional e Local apresentam inúmeras particularidades vis-à-vis a Economia Nacional. A começar pelo fato de que a circulação de bens, serviços, capital e força de trabalho ser absolutamente livre entre regiões, ao contrário do que ocorre entre regiões. A expressão sintética e simbólica desta diferença encontra-se no fato de que cada país opera com uma única e mesma unidade monetária, de sorte que as variações cambiais – que tanto influenciam a competitividade relativa dos países - **não** afetam a especialização relativa e a divisão do trabalho inter-regional. A despeito de crucial, esta diferença é usualmente subestimada, seja por leigos em Economia, seja por economistas que não trabalham com as questões regionais. Objetivamente, a ampla liberdade de circulação de agentes econômicos, valores, bens, serviços e dinheiro no interior de um mesmo país implica em uma cisão entre o que é “produzido” no interior de uma região (seu PIB) e o que é apropriado pelos domiciliados na mesma região (sua Renda). Vale dizer: se o PIB é um proxy razoável da Renda Nacional, ele está longe de ser um aproximador razoável da Renda Regional ou Municipal. Não obstante, os dados fiscais e as Pesquisas Anuais da Indústria, Comércio, Serviços, Pecuária e Agricultura levantados pelo sistema de Contabilidade Social nacional só nos permitem calcular o PIB local, não a renda. Vale dizer: as instituições nacionais e estaduais do Sistema de Contabilidade Nacional só podem ofertar o PIB. Os leigos e os economistas não-regionalistas interpretam este indicador para as regiões da mesma forma como aprenderam a interpretar para a nação. E está feita a confusão. Como explicar para um Prefeito de uma pequena cidade do interior que a queda do PIB do município resultou da diminuição da queda na demanda e produção de energia eólica, mas a renda de todos os domiciliados subiu significativamente pelo efeito safra? Como explicar que o PIB é um péssimo indicador de bem-estar local? Pelo menos tão ruim e passível de má interpretação quanto os índices compostos – hoje tão na moda – de “desenvolvimento humano”. Afinal, estes índices (malgrado exceções) também partem do (equívoco) PIB; mas introduzem tantas variáveis mais no seu cálculo, que, ao fim e ao cabo, não se sabe mais o que ele, de fato, está medindo.

Por outro lado, se os sistemas tradicionais de Indicadores (originalmente produzidos com vistas à avaliação de Economias Nacionais) são de baixa utilidade e confiabilidade em territórios menores, daí não se pode extrair a conclusão de que prescindimos deles. Na verdade, a conclusão pertinente é exatamente oposta: é necessário criar novos indicadores. Apresentamos, no subcapítulo quarto, acima, um dos principais e mais úteis indicadores de análise regional: o Quociente Locacional. Mas apresentamos apenas a sua versão mais simples, padrão. Não nos parece pertinente introduzir, nesta Manifestação de Interesse, a ampla gama de indicadores similares que podem ser construídos com as ricas bases de dados municipais e estaduais no Brasil. Nossa intenção aqui é, tão somente, frisar este ponto: cabe aos gestores e planejadores regionais produzir o sistema de indicadores relevante para o Planejamento de seus territórios[[19]](#footnote-19). Além disso, gostaríamos de alertar para a importância da construção periódica - em cada Unidade da Federação que pretende constituir um sistema continuado de Planejamento – da Matriz de Insumo Produto Estadual. Senão vejamos.

 A análise Insumo-Produto é o nome dado a uma estrutura analítica desenvolvida pelo Professor Wassily Leontief no final dos anos 1930, em reconhecimento do qual recebeu o Prêmio Nobel de Ciência Econômica em 1973 (Leontief, 1936, 1941). Na sua forma mais básica, um modelo de Insumo-Produto consiste em um sistema de equações lineares, onde cada uma descreve a distribuição do produto de uma indústria em toda a economia, definido como Matriz Insumo Produto (MIP). A utilização da MIP já é bastante difundida na literatura e apresenta diversas aplicações aos problemas enfrentados pela sociedade, sejam eles econômicos, sociais ou ambientais. Além disso, tal uso da MIP remete a diferentes níveis de análise, desde o nível internacional até o local. Em nível regional, esta pode ser utilizada para capturar a estrutura produtiva da região em um dado ano e compará-la com anos anteriores e subsequentes, a partir de sua atualização. Neste sentido, a MIP é um instrumento de planejamento capaz de oferecer um mapa das interligações dos setores produtivos e das suas mudanças.

Um trabalho que pode ser usado como referência é o de Caldas et al (2016), que apresenta uma importante utilização da MIP em nível regional para o RS. A partir da MIP do RS e da MIP do Brasil, o trabalho as torna comparáveis em termos setoriais e endogeniza o consumo das famílias, a fim de incluir o ciclo de demanda gerado internamente. Este consumo e os seus encadeamentos internos são consequência da geração de renda na região e representam importante informação para correta mensuração das relações entre os setores produtivos regionais entre si, com o resto do país e do mundo. Após, o trabalho de Caldas et al (2016) mensura os impactos, no RS e no Brasil, das quebras de safra da soja que ocorreram no RS nos anos de 2004, 2005 e 2012. Este tipo de utilização, através de estimativas de impactos, representa um leque de alternativas para mensurar os impactos dos investimentos em determinados setores na geração de renda, empregos, arrecadação de impostos, valor adicionado e produto.

A utilização da MIP para o nordeste brasileiro e, mais especificamente, para o estado do Ceará, ocorre de maneira mais tímida, quando comparada à sua utilização para o sul e sudeste do Brasil. No caso específico da economia Cearense, a versatilidade da MIP permite visualizar a atual estrutura produtiva econômica e os seus encadeamentos regionais, além de estimar os impactos de investimentos produtivos na economia local. A MIP mais recente para o Ceará foi construída por Guilhoto et el (2010) para o ano de 2008, a partir de dados das contas nacionais e regionais. A matriz regional para o Nordeste mais recente é a de Gonçalves et al (2011) elaborada para o ano de 2011. Tal defasagem prejudica a visualização da estrutura econômica mais atual, dificultando o planejamento de longo prazo. **Com este intuito, propõe-se em elaborar a MIP Cearense para o ano de 2015, com os dados preliminares do Sistema de Contas Nacionais e Regionais (IBGE), bem como informações que poderão ser obtidas em parceria com a Secretaria da Fazenda do Ceará.** Cabe salientar que não estamos nos comprometendo com a produção de uma MIP Cearense. O volume de trabalho exigido extrapola a capacidade de produção da Equipe-Latus. O que nos propomos é fornecer apoio técnico e subsídios teóricos para a construção deste poderoso instrumento de Planejamento por parte dos técnicos do Estado do Ceará.

Vale observar, ainda, que é possível construir MIPs nos mais distintos níveis de desagregação e confiabilidade. Mas é preciso diferenciar MIPs construídas para fins meramente analíticos e para a qualificação acadêmica de profissionais que buscam inserção no setor público, de MIPs voltadas ao Planejamento efetivo do Desenvolvimento Econômico e para a formulação de políticas públicas. Uma MIP operativa envolve – por exemplo – tomar as alíquotas efetivamente vigentes da tributação estadual, por oposição às alíquotas formais, que ignoram a concessão de subsídios, créditos presumidos e benefícios fiscais.

A MIP ainda pode ser usada para análises de setores específicos. No caso brasileiro, ressaltam-se os trabalhos que analisaram o setor de serviços (Pereira et al., 2013), o setor energético (Firme e Perobelli, 2012), o setor de turismo (Takasago et al., 2010); Casimiro Filho e Guilhoto, 2003), bem como estudos que calcularam os coeficientes de requerimento dos modais de transporte para os setores exportadores (Junior et al., 2008). Também foi feito um estudo que utilizou a MIP do nordeste para o ano de 2004 a fim de verificar os impactos na distribuição de renda e desigualdade de choques em diferentes setores (Tavares e Araújo Júnior, 2014). Peixoto et al. (2013) analisaram o agronegócio gaúcho e Costa et al. (2013) e Montoya et al. (2014) o agronegócio brasileiro; Sesso Filho et al. (2011) estimaram a dimensão do agronegócio do Sul do país; Moraes Moreira et al. (2014) avaliaram as inter-relações entre o setor sucroalcooleiro com o resto da economia brasileira; Martínez et al. (2013) e Costa et al. (2014) mediram os impactos do aumento da produção e demanda por etanol; Fochezatto e Grando (2011) estimaram o impacto das estiagens no PIB do Rio Grande do Sul; Guilhoto et al. (2014) avaliaram a contribuição da agricultura familiar para o PIB do Nordeste; Costa and Guilhoto (2012) mediram os impactos da agricultura de precisão sobre o PIB brasileiro; e Bliska et al. (2011) analisaram o setor cafeeiro do Brasil e os seus impactos na geração de empregos e produto em sete Unidades da Federação.

## Resultados Esperados

Nossa expectativa é a de oferecer um quadro sistemático da Economia Cearense, com a identificação e hierarquização das cadeias produtivas com maior potencial de geração de emprego e renda (diretos e indiretos), e de dinamização, diversificação e qualificação da estrutura produtiva do Estado. Como já referido, esta hierarquização tomará por base a competitividade estrutural das cadeias atuais e emergentes, o que envolve a análise da capacidade de produção e incorporação autônoma de inovações alavancadoras da produtividade a partir da consolidação de um Sistema Inovativo Regional. A hierarquização das cadeias também levará em consideração a relação entre os custos e os benefícios projetados dos investimentos necessários para a superação dos gargalos de oferta e expansão e fortalecimento dos elos fracos e subdimensionados das cadeias propulsivas. Na avaliação do custo-benefício das distintas alternativas de investimento, estaremos levando em consideração, tanto os dispêndios privados, quanto os dispêndios públicos, inclusive com a contratação de pessoal, construção de sistemas de governança e ampliação e qualificação da infraestrutura logística e fornecimento de serviços industriais de utilidade pública. Por fim, nos comprometemos a repassar toda a metodologia de Análise e Planejamento utilizada pela Equipe-Latus para os técnicos e servidores públicos indicados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e demais órgãos e instituições estaduais envolvidos na gestão deste projeto.

## Orçamento



# PROPOSTA DE PREÇO

LATUS CONSULTORIA, PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETOS LTDA

**Razão Social:** Latus Consultoria, Pesquisa e Assessoria de Projetos Ltda.

**CNPJ:** 08.019.808.0001/22

**Endereço**: Rua Olinda 535/101 – Porto Alegre/RS

**Telefone:** (51) 3279-0281

A Comissão de Licitação

Prezados Senhores:

Apresentamos e submetemos a apreciação de Vossa Senhoria, nossa proposta de preços relativa à execução dos serviços relacionados:

OBJETO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

**Valor Total: R$ 710.000,00 (Setecentos e dez mil Reais)**

**O prazo da Execução do Serviço: 5 meses (Cinco meses / cento e cinquenta dias).**

**Condições de Pagamento: Conforme Item VII do Termo de Referência.**

Porto Alegre 13 de julho de 2017

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, H. M (2012) Práticas espaciais, gestão seletiva e o desenvolvimento territorial no Ceará. Anais do XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste Pré-ALAS – Brasil, Setembro. Disponível em http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT20-34.pdf

ALMEIDA, Humberto M. de; CORIOLANO, Luzia N. **O Turismo Rural no Semiárido do Nordeste Brasileiro.** Disp.: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/1805>.

ALMEIDA, Humberto Marinho de. **Breve História Econômica do Ceará.** XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE PRÉ- ALAS BRASIL, 04 a 07 de setembro de 2012, UFPI, Teresina – PI.

ANDER-EGG, **Ezequiel. Métodos y técnicas de investigación social: acerca del conocimiento y del pensar científico**. Buenos Aires: Editorial Lumen, 2001.

ARAÚJO, Rogério César Pereira de; SILVA, Luiz Artur Clemente da; FILHO, Celso Brito da Silva; BRAGA, Miguel Sávio de Carvalho; SALLES, Rodrigo de. **Diagnóstico Socioeconômico da Zona Costeira do Estado do Ceará.** Fortaleza: SEMACE, nov. 2005.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ-ALCE; CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS-CAEAE (Orgs.); SANTANA, Eudoro Walter (Coord.). **Bases para a Formulação de uma Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense: pacto pela convivência com o Semiárido Cearense. Pacto pela Convivência com o Semiárido Cearense: cenário atual.** Fortaleza : INESP, 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ-ALCE; CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS-CAEAE (Orgs.); SANTANA, Eudoro Walter (Coord.). **Cenário Atual do Semiárido Cearense: Pacto pela convivência com o Semiárido Cearense**.Fortaleza : INESP, maio. 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ-ALCE; CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS-CAEAE (Orgs.); SANTANA, Eudoro Walter (Coord.). **Pacto pela Convivência com o Semiárido Cearense: cenário atual. Pacto pela Convivência com o Semiárido Cearense: cenário atual.** Fortaleza : INESP, abril. 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ-ALCE; CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS-CAEAE (Orgs.); SANTANA, Eudoro Walter (Coord.). **Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará.** Fortaleza: INESP, 2009.

BANDEIRA, Robson Torres; SILVA NETA, Maria Enésia da. **Virgílio x Tasso: o mudancismo no Ceará.** Disp.: [www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)

BARRETO, Flávio Ateliba F. D; MENEZES, Adriano Sarquis Bezerra de (Orgs.). **Desenvolvimento Econômico do Ceará: evidências Recentes e Reflexões.** Fortaleza: IPECE, 2014.

BLISKA, F. M. et al. **L. Employment generation in Brazilian coffee regions**. Revista Economia Agrícola, v 58, n. 2, p. 23-39, 2011. BLS, Input-Output matrix, 2013. Disp.: <http://www.bls.gov/emp/ep\_data\_input\_output\_matrix.htm>.

CARVALHO, J. O. (1988) A Economia Política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Campus.

CARVALHO, J.O. ([1979] 2014) Desenvolvimento Regional: um problema politico. EDUEPB: Campina Grande.

CARVALHO, José Otamar de. **O Nordeste Semi-árido: questões de economia política e política econômica (volume I).** Campinas: Tese de Doutorado/UNICAMP, 1985.

CARVALHO, José Otamar de; EGLER, Cláudio Antonio Gonçalves. **Alternativas de Desenvolvimento para o Nordeste Semiárido: relatório final.** Fortaleza: Ministério da Fazenda, Banco do Nordeste, 2002.

CARVALHO, José Otamar de; SANTOS, José Aldo dos. **Oficina do Semiárido: contribuição da “nova Sudene” para o desenvolvimento da Região semiárida do nordeste – relatório final.** Recife: GTI – Sudene, jun. 2003.

CASIMIRO FILHO, F.; GUILHOTO, J. J. M. **Matriz de insumo-produto para a economia turística brasileira: construção e análise das relações intersetoriais**. Análise Econômica, n. 40, p. 227-263, 2003.

CASTRO, Adriana de; BOTELHO, Alexandre Ribeiro; MARONHAS, Maitê; OLIVEIRA, Ylka. **Barreiro-Trincheira.** Recife: ASA, 2014. (Tecnologias Sociais para Convivência de Água para Produção de Alimentos).

CAVALCANTE, Alecandre Lira; ALBUQUERQUE, Daniele Passos de Lima; PAIVA, Witalo de Lima. **Exportações Cearenses: oportunidades e desafios.** Fortaleza: IPECE, 2007.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MÉLO, José Luiz Bica de. **A técnica de entrevista na pesquisa social.** Cadernos de Sociologia, PPGS/IFCH/UFRGS, n.9: p.143-159, 1998.

CORTES, Soraya M. Vargas. **Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados.** Cadernos de Sociologia, PPGS/IFCH/UFRGS, n.9: p.11-47, 1998.

COSTA, Leandro Oliveira (Org.). **Perfil Populacional do Ceará.** Fortaleza: IPECE, 2010.

COSTA, Odorico de Moraes Eloy. **Arranjos Produtivos Locais - APL´s como Estratégia de Desenvolvimento: uma Abordagem Teórica.** Fortaleza: IPECE, 2011.

DIETZENBACHER, E. et al. **The construction of world input–output tables in the WIOD project.** Economic Systems Research, n. 25, p. 71–98, 2013.

ENGECORPS/HARZA. **Projeto Transposição de Águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional; Relatório R32 – Relatório Síntese de Viabilidade Técnico- Econômica e Ambiental** – São Paulo: ENGECORPS/HARZA, 2000.

FAORO, R. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, São Paulo: EDUSP, 1975.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará.** Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil***.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FIGUEIREDO, M. G. et al. **Matriz insumo-produto de Mato Grosso 2007: construção e análise dos principais indicadores econômicos**. Revista de Estudos Sociais, v. 13, p. 49–73, 2014.

FILHO, Antônio Nóbrega (Org.). **Caatinga.** Fortaleza: INESP, 2009.

FIRME, V. A. C.; PEROBELLI, F. S. **O setor energético brasileiro: uma análise via indicadores de insumo-produto e o modelo híbrido para os anos de 1997 e 2002.** Planejamento e Políticas Públicas, 2012.

FOCHEZATTO, A.; GRANDO, M. Z. **Efeitos da estiagem na economia do Rio Grande do Sul: uma abordagem multissetorial.** Ensaios FEE, v. 32, n. 1, 2011.

FODDY, William. **Como perguntar; teoria e prática na construção de perguntas em entrevistas e questionários**. Oeiras: Celta, 2002.

FRANÇA, Francisco Mavigner; MARQUES, Ricardo Lima de Medeiros; NETO, Joaquim Favela. **Diretrizes Estratégicas e Operacionais para Desenvolvimento Hidroambiental em Microbacias Hidrográficas do Seminário do Nordeste do Brasil.** Disp.: [www.prodham.srh.ce.gov.br](http://www.prodham.srh.ce.gov.br).

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Reforma do Estado e Outros Estudos.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil***.* São Paulo: Editora Nacional, 1984.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: ATLAS, 1999.

GONÇALVES, M. F. **O setor rural no nordeste brasileiro: uma análise à luz da matriz insumo produto 2011**. Revista Economia e Desenvolvimento, v. 14, n. 1, p. 25-43, 2015.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Os 7 Cearás: síntese do processo de planejamento participativo para elaboração do plano de governo.** Ceará: Governo do Estado do Ceará, 2015/2018, nov. 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ; UFC; SOMA; SEMACE; LABOMAR. **Mapeamento das Unidades Geoambientais da Zona Costeira do Estado do Ceará.** Fortaleza: SEMACE, nov. 2005.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados: Metodologia e Resultados.** Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

GUILHOTO, J. J. M. et al.. **Índices de ligações e setores chave na economia brasileira: 1959- 1980.** Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 24, p. 287–314, 1994.

GUILHOTO, J. J. M.; **Análise de insumo-produto: teoria e fundamentos**. 1 ed. São Paulo: FEA-USP,2011.

GUILHOTO, J. J. M.; AZZONI, C.R.; ICHIHARA, S. M. **Contribuição da agricultura e do agronegócio familiar para o pib do nordeste.** Revista Econômica do Nordeste, 2014, 45, 136–152.

GUILHOTO, J. J. M.; SESSO FILHO, U. A. **Estimação da matriz insumo-produto a partir de dados preliminares das contas nacionais**. Economia Aplicada, v. 9, n. 2, p 277-299, 2005.

HILDEBRAND, G. e MACE, A. (1950) "The Employment Multiplier in an Expanding Industrial Market: Los Angeles County, 1940-47." Review of Economics and Statistics 32; P. 241-49

HIRSCHMAN, A. ([1958] 1961). *Estratégia do Desenvolvimento Econômico.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

INNIS, Harold. ([1930] 1956) *The Fur Trade in Canada: An Introduction to Canadian Economic History*. Toronto: University of Toronto Press.

JUNIOR, A. A. B.; BASTOS, S. Q. A.; PEROBELLI, F. S. **As pressões das exportações setoriais sobre os modais de transporte: uma abordagem híbrida e intersetorial de insumo-produto.** Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 38, n. 3, 2008.

KALECKI, M. (1977). *Crescimento e ciclo das economias capitalistas.* São Paulo: Hucitec.

KALLUF, S. N.; KURESKI, R. **Modelo insumo-produto: uma aplicação para a economia paranaense.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, v. 10, n. 8, 2015.

KRUGMAN, P. (1991) *Geography and Trade.* Cambridge, MA: MIT Press.

KÜSTER, Ângela; MARTI, Ferré; MELCHERS, Ingo (Orgs). **Tecnologias Apropiadas para Terras Secas: manejo sustentável de recursos naturais em regioes semi-áridas no Nordeste do Brasil.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, GTZ, 2006.

LENZEN, M. et al. **Building Eora: a global multi-region input–output database at high country and sector resolution**. Economic Systems Research, v. 25, p. 20–49, 2013.

LEONTIEF, W. **Quantitative Input-Output Relations in the Economic System of the United States.** Review of Economics and Statistics, n. 18, 105–125, 1936.

LEONTIEF, W. **The Structure of American Economy 1919–1939.** New York: Oxford University Press, 1941.

LIMA, Cláudio Ferreira. **A Construção do Ceará: temas de história econômica.** Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008.

MARSHALL, A. ([1890] 1996) *Princípios de Economia*. Volume I., Livro IV, Capítulo Décimo (. São Paulo: Nova Cultural. (Os Economistas – Círculo do Livro).

MARTINEZ, T. S. **Estimação das tabelas auxiliares de impostos e margens da Matriz de Insumo-Produto com mínima perda de informação: algoritmo RAWS**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 44, n. 2, 2014.

MAY, Tim. **Pesquisa social. Questões, métodos e processos**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZOYER e ROUDART. **História das Agriculturas do mundo, do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo, Unesp, 2008

MEDEIROS, Cleber Nascimento de; GOMES, Daniel Dantas Moreira; ALBUQUERQUE, Emanuel Lindemberg Silva; CRUZ, Maria Lucia Brito (Orgs.). **Os Recursos Hídricos do Ceará: integração, gestão e potencialidades.** Fortaleza: IPECE, 2011.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Nordeste: desafios e possibilidades para o Nordeste do século XXI.** Recife: Ministério da Integração Nacional, abr. 2006, (Documento de Base 4).

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido.** Brasília: IICA, nov. 2005 (Documento de Base 1).

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE).** Disp.: <http://www.mma.gov.br/>

MONTOYA, M. A. et al. **Dimensão econômica e ambiental do agronegócio brasileiro na Década de 2000: Uma análise insumo-produto da renda, do consumo e energia e das emissões de dióxido de carbono por fonte de energia**. Nereus, v. 2, n 8, 2014. OECD, OECD Input-Output database online, Disp.: <http://www.oecd.org/trade/inputoutputtables.htm>, 2012.

MYRDAL, G. ([1957] 1972) *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas.* Rio de Janeiro: Ed. Saga

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. **Bacias Hidrográficas Intermitentes Sazonais e Potencialidades Hidroambientais no Nordeste setentrional brasileiro.** Disp.: [www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/718/488](http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/718/488).

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. **Os Recursos Hídricos e o Trópico Semiárido no Brasil.** Disp.: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/554>.

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do. **Os Semiáridos e a Desertificação no Brasil.** REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA. Fortaleza, v.9 n.2, p.07-26, jul./dez, 2015. Journal Homepage: [www.revistarede.ufc.br](http://www.revistarede.ufc.br).

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do; CARVALHO, Osires. **Gerenciamento Ambiental em Unidade de Conservação: bacia hidrográfica como estudo de caso.** Londrina: Geografia v. 12, n.2, p.111-130, jul./dez, 2003. Disp.: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>.

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do; CARVALHO, Osires. **Sub- Compartimentação Topográfica, Caracterização e Descrição das Formas de Relevo na Bacia Metropolitana do Pacoti em Fortaleza, CE.** Revista Brasileira de Geomorfologia. Uberlândia: União da Geomorfologia Brasileira, Ano 7, nº 1, p.19-26, 2006.

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do; SOUZA, Marcos José Nogueira de; CRUZ, Maria Lúcia Brito da. **Diagnóstico Socioeconômico da Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité – Ceará.** Curitiba: UFPR, R. RA´E GA, Curitiba, n. 20, p. 19-33, 2010.

NASCIMENTO, Flávio Rodrigues do; SOUZA, Marcos José Nogueira de; CRUZ, Maria Lúcia Brito da. **Enfoque Geoambiental para o Tratamento da Degradação/Desertificação do Município de Sobral – Nordeste do Brasil/Ceará.** Goiânia: Revista Eletrônica Ateliê Geográfico, v.1, nº 2, dez./2007, p. 80-101.

NORTH, D. ([1955] 1977). Teoria da Localização e Crescimento Regional. In: SCHWARTZMANN, J. (org., 1977). *Economia Regional: textos escolhidos.* Belo Horizonte: Cedeplar. Disp. http://www.territoriopaiva.com/ler/8/14/47/douglass\_north

NORTH, D. ([1959] 1977). A Agricultura no Crescimento Econômico Regional. In: SCHWARTZMANN, J. (org. 1977). *Economia Regional: textos escolhidos*.Belo Horizonte: Cedeplar. Disp http://www.territoriopaiva.com/ler/8/14/47/douglass\_north

NORTH, D. (1990) *Institutions, institutional change and economic performance.* New York: Cambridge University Press

OLIVEIRA, Ícaro de Paiva; CRUZ, Maria Lúcia Brito da. **A Dinâmica Natural das Paisagens Cearenses e sua Importância para o Planejamento Ambiental.** Revista de Geociência do Nordeste (RGNE, v.2, nº 01. 2016). Disp.: <http://www.periodicos.ufrn.br/revistadoregne> .

OLIVEIRA, João Bosco de; ALVES, Josualdo Justino; FRANÇA, Francisco Mavigner Cavalcante. **Barragem Subterrânea:** Fortaleza: Secretaria dos Recursos Hídricos, 2010. (cartilhas temáticas tecnológicas e práticas para convivência com o Semiárido; v.3).

OLIVEIRA, João Bosco de; ALVES, Josualdo Justino; FRANÇA, Francisco Mavigner Cavalcante. **Recomposição da Mata Ciliar e Reflorestamento no Semiárido do Ceará.** Fortaleza: Fortaleza: Secretaria dos Recursos Hídricos, 2010. (Cartilhas temáticas tecnologias e práticas hidroambientais para convivência com o Semiárido; v. 5).

OLIVEIRA, João Bosco de; LEITE, Francisco Roberto Bezerra; PERDIGÃO, Sônia Roberto. **Recuperação de Áreas Degradadas no Semiárido do Ceará.** Fortaleza: Secretaria dos Recursos Hídricos, 2010. (Cartilhas temáticas tecnologias e práticas hidroambientais para convivência com o Semiárido ; v. 6).

OLIVEIRA, Vitor Hugo de; SANTOS, Francisco José de Seixas; SAUNDERS, Luís Carlos Uchoa. **Agricultura irrigada no Ceará: recursos físicos, humanos e produção técnico-centífica.** Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 1998. (Embrapa Agroindústria Tropical. Documentos, 25).

PAIVA, C. A. (2006). Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas. *Indicadores Econômicos – FEE,* Vol. 34. n. 1*.* Porto Alegre: FEE. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/issue/view/130>

PAIVA, C. A. (2007). Smith, Kalecki e North e os fundamentos de uma teoria geral do desenvolvimento mercantil-capitalista de regiões periféricas. *Textos para Discussão FEE*. Porto Alegre. Disp: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg_tds_detalhe.php?ref=010>

PAIVA, C. A. (2008a) *Valor, preços e distribuição: de Ricardo a Marx, de Marx a nós.* Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística (Série Teses, n. 9) Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/teses/teses_fee_09.pdf>

PAIVA, C. A. (2008b). Schumpeter’s Criticism to the Neoclassical theory of capital and interest. *Anais XII International Joseph A. Schumpeter Society Conference*. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível (ID 448) em <http://schumpeter2008.ie.ufrj.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=141>

PAIVA, C. A. (2013). *Fundamentos da Análise e do Planejamento de Economias Regionais.* Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu. Disp. em <http://www.pti.org.br/sites/default/files/fundamentos_da_analise_e_do_planejamento_1.pdf>

PALERMO, P. U.; PORSSE, A. A.; PEIXOTO, F. C. **Relações setoriais e interdependência regional da economia gaúcha: análise com um modelo inter-regional de insumo-produto.** Ensaios FEE, v. 31, n. 1, 2010.

PEIXOTO, F. C.; FOCHEZATTO, A.; PORSSE, A. **A. Metodologia de análise inter-regional do agronegócio: aplicação ao caso do Rio Grande do Sul-restante do Brasil.** Ensaios FEE, v. 34, n. 2, 2013.

PEREIRA, M. Z.; BASTOS, S. Q. A.; PEROBELLI, F. S. **Análise sistêmica do setor de serviços no Brasil para o ano de 2005.** Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 43, n. 1, p. 161-202, 2013.

PEROBELLI, F. S.; HADDAD, E. A.; MOTA, G.; FARINAZZO, R. A**. Estrutura de interdependência inter-regional no Brasil: uma análise espacial de insumo-produto para os anos de 1996 e 2002.** Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 40, n. 2, p. 281–325, 2010.

PERROUX, F. ([1961] 1967). *A Economia do Século XX.* São Paulo: Editora Herder

PERROUX, F. (1964) *A Economia das Nações Jovens.* Lisboa: Livraria Morais Editora.

PERROUX, P. (1977). O Conceito de Pólo de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (org.) *Economia Regional: Textos Escolhidos.* Cedeplar.Belo Horizonte.

PINÉO**,** Tercyro Rinaldo Gonçalves. **Integração de Dados Geofísicos, Geológicos e de Sensores Remotos Aplicados à Prospecção de Água Subterrânea em Meio Fissural (Distrito de Juá, Irauçuba/CE).** Fortaleza: Dissertação de Mestrado em Geologia/UFC, 2005.

PORSSE, A. A. **Relações regionais e gargalos setoriais da economia paranaense**. Economia & Tecnologia, v. 10, n. 2, 2014.

PUTNAM, R. ([1993] 1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.* São Paulo: FGV.

RAMOS, Marília. **Usos de Questionários e Entrevistas na Pesquisa Social: Vantagens e Limitações.** In: Rochele Fachinetto, Pedro Lisdero e Carla Rech. (Org.). Metodologia em Ciências Sociais: Práticas, Abordagens e Experiências de Investigação. 1ed.Jundiaí: Paco, 2016, v. 2, p. 127-146.

RIBEIRO, L. C. S.; MONTENEGRO, R. L. G.; PEREIRA, R.M. **Estrutura econômica e encadeamentos setoriais de Minas Gerais: uma contribuição para as políticas de planejamento.** Planejamento e Políticas Públicas, n. 41, p. 261-290, 2013.

SABOIA, Andrey Luna; SAMPAIO, José Levi Furtado. **Análise do Cinturão das águas do Ceará (CAC) no Âmbito da Reestruturação Produtiva.** Disp.: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/aguanosemiarido/trabalhos/TRABALHO_EV044_MD4_SA5_ID344_10092015235741.pdf>.

SCHUMPETER, J. ([1911] 1997). *Teoria do Desenvolvimento Econômico.* São Paulo: Nova Cultural.

SCHUMPETER, J. ([1942]1984) *Capitalismo, socialismo e democracia.* Rio de Janeiro: Zahar.

Selltiz, Wrightsman e Cook. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais.** São Paulo, Editora Pedagógica Universitária. 1987. V1.

SESSO FILHO, U. A. et al. **Geração de renda, emprego e impostos no agronegócio dos estados da região sul e restante do Brasil.** Economia & Tecnologia, v. 25, n. 7, p. 71-88, 2011.

SOUZA, P.R. (1980) Emprego, salários e pobreza. São Paulo: Hucitec: Fucamp.

TAKASAGO, M. et al. **O potencial criador de emprego e renda do turismo no brasil.** Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 40, n. 3, p. 431-460, 2010.

TAVARES, F. B.; ARAÚJO JÚNIOR, I. T. **Estrutura setorial da produção e distribuição interpessoal de renda no nordeste em 2004.** Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 44, n. 1, p. 213-239, 2014.

WATKINS, M. H. (1963). A Staple Theory of Economic Growth. In: *The Canadian Journal of Economic and Political Science*, 29(2):141-58, Mai, (Versão em Português em SCHWARTZMAN, J. 1977)

1. Tão bem exposto pelos seus maiores intérpretes, como Faoro (1975), Fernandes (1981) e Furtado (1984). [↑](#footnote-ref-1)
2. Como veremos, este círculo vicioso se **aprofundará** com a exploração predatória e insustentável dos recursos a partir da ocupação lusa e mercantil. Só queremos chamar a atenção para o fato de que a fragilidade (e fragilização potencial) do ecossistema, que retiram atratividade econômica do mesmo, **não** se **originam** da ação humana, por mais que se **aprofundem** com esta. [↑](#footnote-ref-2)
3. No caso de proprietários absenteístas, a posse prolongada podia dar origem a demandas de propriedade por usufruto. Mas dada a estrutura oligárquica e excludente da sociedade, raramente tais demandas eram encaminhadas juridicamente ou, se o fossem, raramente eram bem sucedidas. [↑](#footnote-ref-3)
4. A este respeito, veja-se Lima, 2015. [↑](#footnote-ref-4)
5. Mais adiante, no mesmo livro (página 236), Ferreira Lima vai chamar a atenção para o fato de que **o protagonismo dos empresários locais na modernização industrial diferencia o Ceará de todos os demais estados do Nordeste** incentivados pelo BNB e pela Sudene. [↑](#footnote-ref-5)
6. O privilegiamento da cadeia têxtil em nossas referências tem uma única função: lembrar que esta é a cadeia que opera em maior escala e, por isto, também é a que conta com uma rede maior e mais longa de fornecedores regionais. Não obstante, cabe recordar que o algodão nunca **substituiu** a pecuária bovina, mas convivia com a mesma. E esta última não conformava apenas uma cadeia, mas duas: a do couro e a da carne. E ambas contavam com elos à montante e à jusante, alguns deles solidários entre si, bem como com o algodão e com a pesca: como material de transporte (à montante) e transporte e armazenamento (à jusante). [↑](#footnote-ref-6)
7. Sobre o caráter inovador do PLAMEG e suas similaridades essenciais com o projeto tassista de burocratização e racionalização burguesa do Estado, veja-se Bandeira e Silva Neta. [↑](#footnote-ref-7)
8. A este respeito, vejam-se os três trabalhos de Perroux ([1961],1967; 1964; e 1977) na Bibliografia Final. A influência de Perroux sobre a literatura brasileira de Economia e Planejamento Regional no Brasil foi e ainda é muito marcante. [↑](#footnote-ref-8)
9. North é muito mais conhecido como fundador da Escola Institucionalista moderna. Muitos acreditam que o Nobel de Economia lhe foi atribuído exclusivamente em função destas contribuições. Mas este é um grave engano. O institucionalismo é o ponto de chegada de uma rica e farta produção, sempre marcada pelo casamento da pesquisa histórico-empírica com a modelagem teórica. Toda esta produção deita raízes em sua leitura do desenvolvimento regional. [↑](#footnote-ref-9)
10. Para o exterior da **região**. Não necessariamente para o exterior da **nação**! [↑](#footnote-ref-10)
11. Krugman é um dos maiores dentre os contemporâneos. Seu *Geography and Trade* é seminal. [↑](#footnote-ref-11)
12. As tabulações com os dados originais e o processo de classificação e cálculo que levaram a este resultado encontram-se no anexo estatístico a esta proposta com o conjunto dos dados e informações estatísticas selecionadas. [↑](#footnote-ref-12)
13. Sigla para “Indústria de Base, Fornecedora de Insumos, Peças, Implementos de Reposição, Equipamentos Suplementares de Amplo Espectro e Serviços de Manutenção às Principais Cadeias Industriais Exportadoras Cearense”. **Esta denominação busca resgatar o fato de que o setor metal-mecânico, responsável por 94% dos empregos da cadeia, não é recente no Ceará, nem pode ser reduzido à política de atração de investimentos das últimas décadas.** Entendemos que seja da maior importância aprofundar o conhecimento sobre este segmento industrial que incorpora a produção de bens de capital. Mas alguns estudos já revelaram a existência de um parque metal-mecânico relativamente expressivo já na década de 70 do século passado. A este respeito, vale a leitura do Discurso proferido por José Flávio Leite Costa Lima em 31 de outubro de 1979, em cerimônia na FIEC sob sua presidência e disponível em <http://www1.sfiec.org.br/sites/gedip/?st=memorial-presidente-discurso&discurso=43&presidente=5> . [↑](#footnote-ref-13)
14. Para o Brasil como um todo a relação entre ocupados em 2010 (86.354 mil) e empregos formais em 2015 (48.061 mil) é de 55,66%, dez pontos percentuais maior que no Ceará. [↑](#footnote-ref-14)
15. Aproveitamos o ensejo para trazer a baila uma questão crucial: toda a informação estatística apresenta nuances e vieses associados, dentre outros fatores, à fonte fornecedora dos dados e informações. É sempre preciso interpretar o dado-informação disponível. Confundir o “dado” com “realidade” é um equívoco tão grave quanto comum, que se manifesta das mais diversas formas. Todos os dados censitários são **declarados** pelo entrevistado que também é um agente interessado. As discrepâncias entre os dados – por exemplo – do Censo Agropecuário e das Pesquisas Pecuária Municipal, Pesquisa Agrícola Municipal e o Cadastro de Propriedade Fundiário do Incra são muito expressivas. E não há porque pretender-se que as informações censitárias sejam, a princípio, melhores do que as demais. Muitas vezes, supor o oposto é mais sensato. De qualquer forma, o método correto envolve tomar as diversas referências em consideração. [↑](#footnote-ref-15)
16. BUARQUE, Sérgio C. Metodologia e Técnicas de Construção de Cenários Globais e Regionais. Texto para Discussão n. 939, Brasília: IPEA, 2003. [↑](#footnote-ref-16)
17. CASTRO, Lavínia Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. Cenários mundo-Brasil 2030: insumos para o planejamento estratégico do BNDES. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, n. 44, p. 399-457, dezembro de 2015. [↑](#footnote-ref-17)
18. Nesta etapa, a descrição dos cenários poderá ser complementada pela elaboração de projeções para as principais variáveis macro e setoriais, obtidas a partir da utilização de um modelo de consistência macroeconômica, nos moldes do utilizado por CASTRO e SOUZA (2015). [↑](#footnote-ref-18)
19. A este respeito, veja-se Fundamentos da Análise e do Planejamento de Economias Regionais (Paiva, 2013). [↑](#footnote-ref-19)